



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH/CAMPUS V
COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO**

LEANDRO SANTOS DE JESUS

**APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS EM ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA
GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS: UM ESTUDO COM EGRESSOS DE
ADMINISTRAÇÃO DA UNEB - CAMPUS V.**

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2025

LEANDRO SANTOS DE JESUS

**APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS EM ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA
GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS: UM ESTUDO COM EGRESSOS DO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNEB - CAMPUS V.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade do Estado da Bahia – DCH, Campus V, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Esp. Nivaldo da Silva Carneiro Júnior

SANTO ANTÔNIO DE JESUS
2025

TERMO DE APROVAÇÃO

APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS EM ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS: UM ESTUDO COM EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNEB - CAMPUS V.

LEANDRO SANTOS DE JESUS

Monografia submetida à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciência Humanas, Campus V, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração pela seguinte banca examinadora:

Aprovado em: 07/11/2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Nivaldo da Silva Carneiro Júnior - Professor Orientador
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Me. João Smith Gomes dos Santos - Professor Avaliador
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Rogério Pereira - Professor Avaliador
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

AGRADECIMENTOS

A escolha pelo campo das Finanças surgiu muito antes da universidade. Sempre me identifiquei com essa área e, ao longo da graduação em Administração, tive a oportunidade de aprofundar ainda mais esse interesse, consolidando minha vocação para compreender e aplicar os princípios da gestão financeira de forma prática e responsável.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder o privilégio de viver essa trajetória acadêmica e por ser a fonte de toda sabedoria e força ao longo desse percurso. Que eu possa servi-Lo por meio da Administração, pois d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

Agradeço à minha família, pelo amor, incentivo e apoio incondicional em todos os momentos. Em especial, aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial, ofereceram suporte nos dias difíceis e celebraram comigo cada conquista. Sem o carinho, a paciência e os ensinamentos deles, essa caminhada não teria sido possível.

Deixo também meu sincero agradecimento ao professor Nivaldo da Silva Carneiro Júnior, pela paciência, dedicação e sabedoria. Mais do que uma orientação de TCC, ele proporcionou uma verdadeira experiência de aprendizado em consultoria financeira, contribuindo para meu crescimento acadêmico e profissional.

Pela parceria ao longo da minha vida acadêmica, agradeço a Ananda Figueiredo, Diego Mercês, Laís de Paula, Thaís Luz e Magnaldo, por serem mais do que colegas de sala, verdadeiros amigos para a vida toda.

Agradeço também a Lana Gabriela, Rafaela Sande e, mais uma vez, Diego Mercês, por fazerem parte, junto comigo, da Diretoria Executiva da Recôncavo Consultoria Júnior, empresa júnior de Administração da UNEB. Foi uma vivência transformadora, que me proporcionou aprendizado, desafios e um senso de propósito coletivo.

Por discutir longas horas sobre negócios, agradeço a Júnior Negrão, pelas conversas que ampliaram minha visão sobre o universo empresarial.

Às queridas Guel e Marlene, agradeço por sempre nos acolherem com carinho, pelo cuidado constante e por colaborarem de maneira especial para a concretização deste trabalho.

A todos os professores que tive o privilégio de conhecer durante a graduação em especial Nivaldo Carneiro, Carlos Magno, Daisy Sousa, Rodrigo Ludovice, Felipe Bomfim, Raquel Queiroz, Smith, Rogério, o diretor João Evangelista e, já no final da trajetória, Elenita deixo meu sincero reconhecimento e gratidão pela dedicação, paciência e por cada ensinamento compartilhado.

À minha amiga e irmã em Cristo, Riziele Lima, agradeço pela amizade de longas datas, pelas vivências, pelas palavras de motivação e pelo apoio constante. Sua presença foi fundamental em muitos momentos dessa caminhada.

Agradeço a Lael Rebouças, Thiane Barbosa e Rafael Cavalcante pelo aprendizado na Recôncavo consultoria Júnior.

Ao Movimento Empresa Júnior, expresso minha gratidão pela vivência, pelas oportunidades de aprendizado e colaboração, e por ter me proporcionado momentos incríveis e inesquecíveis.

Por fim, agradeço ao DCH-V e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para minha trajetória acadêmica. Cada gesto de apoio, palavra de incentivo e partilha de conhecimento foi essencial para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma os conhecimentos em Administração Financeira adquiridos pelos egressos do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V são aplicados na gestão de pequenos negócios. Para isso, foram consideradas hipóteses relacionadas à aplicação total, parcial ou inexistente desses conhecimentos na prática profissional. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo, de natureza descritiva e exploratória, com abordagem quali-quantitativa, conduzida por meio de um estudo de caso. Os dados foram coletados mediante questionário estruturado aplicado aos egressos que atuam na administração de pequenos negócios. De forma geral, os resultados indicam que os conhecimentos financeiros são aplicados de maneira limitada, concentrando-se predominantemente em práticas operacionais, enquanto ferramentas estratégicas de análise e planejamento apresentam menor utilização. Tais evidências revelam uma lacuna entre a formação teórica e a prática gerencial, reforçando a necessidade de maior integração entre teoria e prática na formação em Administração.

Palavras-chave: Administração Financeira. Pequenos Negócios. Egressos. Gestão Financeira. Educação Financeira. Aplicação do Conhecimento.

ABSTRACT

This study aimed to analyze how the knowledge of Financial Management acquired by graduates of the Administration program at the State University of Bahia (UNEB) – Campus V is applied in the management of small businesses. To achieve this objective, hypotheses were considered regarding the total, partial, or nonexistent application of such knowledge in professional practice. The research is characterized as a field study, descriptive and exploratory in nature, employing a qualitative and quantitative approach through a case study. Data were collected using a structured questionnaire applied to graduates involved in the management of small businesses. Overall, the findings indicate that financial knowledge is applied in a limited manner, predominantly in operational practices, while strategic tools for analysis and planning are less frequently used. These results reveal a gap between theoretical training and managerial practice, highlighting the need for greater integration between theory and practice in Administration education.

Keywords: Financial Administration. Small Businesses. Graduates. Financial Management. Financial Education. Knowledge Application.

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BTG – Banco BTG Pactual

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

DCH – Departamento de Ciências Humanas

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UNEB – Universidade do Estado da Bahia do Estado da Bahia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Administração de um negócio próprio ou de terceiros	49
Gráfico 2 – Ano que os participantes concluíram o curso	50
Gráfico 3 – Faixa etária dos participantes	50
Gráfico 4 – Análise da variável sexo	51
Gráfico 5 – Conhecimentos financeiros aplicados pelos respondentes	54
Gráfico 6 –Utilização do conhecimento em planejamento financeiro	55
Gráfico 7 – A influência da educação financeira na gestão de pequenos negócios ..	56
Gráfico 8 –Percepção sobre a utilização do fluxo de caixa	57
Gráfico 9 – percepção sobre o controle de contas a pagar	58
Gráfico 10 – percepção sobre o controle de contas a receber	59
Gráfico 11 – Utilização do livro caixa por parte dos pesquisados	60
Gráfico 12 – Percepção dos pesquisados quanto a utilização da ferramenta DRE ..	61
Gráfico 13 – Aplicação do cálculo de ponto de equilíbrio no pequeno negócio	63
Gráfico 14 –Aplicabilidade do controle e gestão de custos	64
Gráfico 15 – Utilização do cálculo da rentabilidade	65
Gráfico 16 – Percepção das respondentes sobre o cálculo da lucratividade	67
Gráfico 17 – percepção sobre o cálculo do playback	68
Gráfico 18 –Percepção quanto as contribuições da gestão financeira	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visão do processo de planejamento e processo de controle	21
Figura 2 – Ilustração do processo de planejamento financeiro de um pequeno negócio	22
Figura 3 – Método indireto de fluxo de caixa	29
Figura 4 – Método indireto do fluxo de caixa	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplo de Livro Caixa para pequenos negócios	33
Quadro 2 –Quadro Comparativo: Pesquisa Qualitativa x Pesquisa Quantitativa	45
Quadro 3 – Quadro Comparativo dos Tipos de Pesquisa Científica	46
Quadro 4 – Conhecimentos e ferramentas financeiras adquiridos/utilizados pelos egressos de Administração.	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 GESTÃO FINANCEIRA	15
2.2 GESTÃO FINANCEIRA EM PEQUENOS NEGÓCIOS	17
2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E SUA IMPORTÂNCIA	18
2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTANCIA PARA A GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS	24
3. PRINCIPAIS FERRAMENTAS PARA A GESTÃO FINANCEIRA	26
3.1 GESTÃO DE FLUXO DE CAIXA	27
3.1.1 Contas a receber e a pagar	31
3.2 LIVRO CAIXA	33
3.3 GESTÃO DE CUSTOS	34
3.4 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)	35
4. PRINCIPAIS INDICADORES DA GESTÃO FINANCEIRA	38
4.1 PONTO DE EQUILÍBRIO	38
4.2 RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO	40
4.3 LUCRATIVIDADE	41
4.5 PAYBACK	43
5. METODOLOGIA	45
6. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
6.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	48
6.2 CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS E SUA UTILIZAÇÃO	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A	82

INTRODUÇÃO

A Administração Financeira constitui-se como uma das áreas mais estratégicas dentro da ciência da Administração, sendo essencial para a sobrevivência, o crescimento e a sustentabilidade de qualquer negócio. Em um contexto de constantes mudanças econômicas e crescente competitividade, sua importância se intensifica, sobretudo para os pequenos negócios, que enfrentam maiores desafios na gestão de recursos e apresentam elevadas taxas de mortalidade nos primeiros anos de atividade.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023), a ausência de práticas de gestão financeiras adequadas é uma das principais causas de insucesso. Dados recentes do BTG Pactual Empresas (2025) reforçam esse cenário ao apontar que 60% das empresas encerram suas atividades antes de completar cinco anos de funcionamento, tendo como principal fator a falta de controle financeiro estruturado.

Nesse sentido, uma gestão financeira eficiente configura-se como diferencial competitivo, determinando, em grande medida, o êxito ou fracasso dos empreendimentos. Contudo, apesar da relevância dos instrumentos financeiros como o controle de fluxo de caixa, a demonstração do resultado do exercício (DRE) e o planejamento financeiro, muitos gestores ainda encontram dificuldades em aplicá-los de maneira sistematizada e estratégica (SEBRAE, 2018). Tal desafio torna-se ainda mais significativo quando se considera a realidade de egressos recém-formados em Administração, que, mesmo após o acesso a conhecimentos teóricos durante a graduação, enfrentam barreiras na transição para a prática empresarial.

Diante desse contexto, surge a necessidade de compreender de que forma os conhecimentos adquiridos no âmbito da Administração Financeira, durante a formação acadêmica, estão sendo aplicados na realidade da gestão de pequenos negócios. Essa investigação torna-se pertinente no cenário local, considerando o papel social e econômico que os pequenos empreendimentos desempenham como vetores de desenvolvimento, geração de empregos e dinamização da economia (SEBRAE, 2024).

Assim, este trabalho delimita-se a analisar a aplicação dos conhecimentos em Administração Financeira por parte de egressos do curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, atuantes na gestão de pequenos negócios no período de 2017 a 2024. O problema de pesquisa que norteia o estudo está formulado da seguinte forma: **como os conhecimentos em administração financeira adquiridos pelos egressos do curso de Administração da UNEB – DCH Campus V são aplicados na gestão de pequenos negócios?**

Para responder a esse questionamento, foram estabelecidas três hipóteses: (H1) os egressos não aplicam os conhecimentos em administração financeira adquiridos na UNEB na gestão de pequenos negócios; (H2) os egressos aplicam totalmente os conhecimentos em administração financeira adquiridos na UNEB na gestão de pequenos negócios; e (H3) os egressos aplicam de forma parcial os conhecimentos em administração financeira adquiridos na UNEB na gestão de pequenos negócios.

O objetivo geral consiste em analisar de que forma os conhecimentos em Administração Financeira adquiridos pelos egressos do curso de Administração da UNEB – Campus V, são aplicados na gestão de pequenos negócios. Para alcançar esse propósito, o estudo se orienta pelos seguintes objetivos específicos: (i) identificar quais conhecimentos em administração financeira são necessários e aplicáveis na gestão de pequenos negócios; (ii) verificar quais conhecimentos estão sendo utilizados pelos egressos e em que medida essa utilização é feita; e (iii) Analisar como os conhecimentos adquiridos pelos egressos são utilizados na gestão dos pequenos negócios e quais as contribuições desses conhecimentos para melhoria dessa gestão.

A justificativa para a realização desta pesquisa apresenta-se em três dimensões. Do ponto de vista pessoal e acadêmico, decorre da observação do crescente interesse de egressos em empreender e aplicar, em seus negócios, os conteúdos aprendidos ao longo da graduação, sobretudo no campo financeiro, reconhecido como uma das maiores fragilidades de micro e pequenos empreendimentos. Do ponto de vista social, o estudo é relevante porque os pequenos negócios exercem papel fundamental no desenvolvimento econômico e na geração de emprego e renda, sendo fundamental compreender como práticas

financeiras adequadas podem contribuir para sua sobrevivência e fortalecimento. No âmbito científico, a pesquisa contribui para a avaliação da efetividade do ensino de Administração Financeira, permitindo identificar lacunas no processo de ensino-aprendizagem e favorecendo melhorias curriculares que aproximem ainda mais teoria e prática.

No que tange à estrutura, o trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução, incluindo tema, problema, hipóteses, objetivos e justificativa. O segundo capítulo contempla o referencial teórico, abordando os principais conceitos, ferramentas e indicadores de gestão financeiras aplicáveis a pequenos negócios. O terceiro capítulo expõe os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. O quarto dedica-se à apresentação e análise dos resultados obtidos por meio desta investigação. Por fim, o quinto capítulo reúne as considerações finais, destacando as conclusões do estudo e suas contribuições para a prática e para o meio acadêmico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda a gestão financeira como um dos pilares fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade das organizações. A seguir, serão apresentados os principais conceitos, funções e instrumentos que compõem a gestão financeira dentro do ambiente empresarial.

2.1 GESTÃO FINANCEIRA

A principal finalidade de uma organização, seja ela pública ou privada, está relacionada à geração de recursos, lucro e desenvolvimento econômico por meio do recolhimento e da contribuição de tributos, da promoção de empregos e da realização de investimentos estratégicos. Conforme explica Castro; Ferreira, Lira et al. (2022), a gestão financeira, nesse contexto, representa um instrumento essencial para o controle e a administração eficiente dos recursos monetários, objetivando sempre a maximização dos lucros.

Ainda segundo os autores, essa prática manifesta-se em todas as ações que envolvem aplicação de capital, despesas ou receitas, configurando-se como uma ferramenta indispensável para a valorização do negócio no mercado, mesmo diante de obrigações como o pagamento de salários, tributos, encargos e dívidas. Para Castro et al. (2022), enfrentar os desafios e atingir os resultados almejados, as empresas tendem a estruturar suas operações por áreas específicas, o que contribui positivamente para um maior controle financeiro e administrativo da organização.

Segundo Gitman (2004), o conceito de finanças atrela-se à prática de administrar os recursos financeiros, sendo compreendida como uma ciência e, ao mesmo tempo, uma arte. De modo geral, tanto pessoas físicas quanto jurídicas necessitam gerir seus recursos monetários de forma eficiente. Assim, o campo das finanças concentra-se no estudo e na operacionalização dos fluxos financeiros que ocorrem entre indivíduos, organizações e instituições públicas.

Na mesma linha, Hoji (2010) defende que dentro da perspectiva da administração financeira, o principal objetivo econômico das organizações é a maximização do seu valor de mercado. Ao atingir esse propósito, a empresa contribui diretamente para o aumento da riqueza de seus proprietários, sejam eles acionistas, no caso de sociedades por ações, ou sócios em outras formas societárias (Hoji, 2010).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE (2025), a gestão financeira é compreendida como um conjunto de atividades administrativas voltadas à organização, implementação e avaliação das operações financeiras de uma empresa. A finalidade principal desses processos é promover o aumento da lucratividade, por meio do controle eficiente dos recursos econômicos.

Paralelamente, Junqueira (2022) defende que a gestão financeira constitui uma prática essencial no ambiente empresarial, pois permite o acesso a informações estratégicas que auxiliam no controle, monitoramento e planejamento das ações econômicas. Com base nesses dados, os gestores podem tomar decisões mais assertivas sobre investimentos, além de manterem o equilíbrio entre receitas e despesas da organização.

No entanto, é possível perceber na literatura pensamentos como o de Antonik (2016), do qual propõe que a maximização do lucro não deve ser a única função da gestão financeira e nem o único objetivo da empresa ao afirmar que:

Por certo, a maximização do lucro é a razão última de qualquer negócio estabelecido em uma economia de mercado. Entretanto, mais importante que isto é a maximização da riqueza, pois esse caminho mostra uma direção estratégica que pode se perpetuar no tempo, enquanto o lucro tem uma conotação imediatista ou de curto prazo. Normalmente, empresas voltadas apenas para o lucro mudam muito de direção. O lucro é uma consequência da competência do proprietário: produtos ou serviços de qualidade a preços justos (Antonik, 2016 p.14).

Nesse sentido, torna-se indispensável que os gestores dominem os fundamentos e os processos financeiros, a fim de que possam interagir de maneira eficaz com os colaboradores, os sistemas e os procedimentos que compõem a estrutura da área financeira (Gitman, 2004).

No âmbito das finanças, diversas subdivisões compõem esse campo de conhecimento, entretanto, destacam-se duas áreas principais: os Serviços Financeiros e a Administração Financeira. Conforme propõe Castro et al. (2022), a primeira está voltada para o desenvolvimento e a oferta de produtos e serviços de assessoria destinados a pessoas físicas, instituições públicas e organizações privadas. Já a segunda área, a Administração Financeira, refere-se às atribuições do gestor financeiro dentro da organização, sendo sua principal responsabilidade o gerenciamento eficaz dos recursos econômicos. Para isso, exige-se uma visão

abrangente e estratégica do funcionamento empresarial, independentemente do porte, natureza jurídica ou finalidade lucrativa da instituição (Castro et al., 2022).

Nesse contexto, compreender os fundamentos da gestão financeira e sua importância estratégica no contexto organizacional é fundamental para qualquer tipo de empreendimento. No entanto, é nos pequenos negócios que essa prática assume um papel ainda mais importante, devido ao grau de vulnerabilidade econômica e a limitação de recursos disponíveis (Gitman, 2004).

Assim, ao aprofundar a análise sobre a gestão financeira em empresas de pequeno porte, busca-se evidenciar como a aplicação eficiente dos princípios financeiros pode contribuir para a sustentabilidade, o crescimento e a competitividade dessas organizações no mercado. Nesse contexto, o próximo tópico abordará a gestão financeira em pequenos negócios, destacando seus desafios, características e estratégias de fortalecimento econômico.

2.2 GESTÃO FINANCEIRA EM PEQUENOS NEGÓCIOS

De acordo com dados da pesquisa desenvolvida pelo SEBRAE (2023), as micro e pequenas empresas no Brasil apresentam índices importante de encerramento de atividades, sendo que, as microempresas têm a maior taxa de mortalidade entre os pequenos negócios, 29% fecham após cinco anos de funcionamento, dentre as principais causas dessa elevada taxa de mortalidade, destaca-se a má gestão financeira. Essa realidade evidencia a fragilidade econômica que caracteriza esse segmento empresarial.

Conforme apontado por Varela (2022), os pequenos negócios enfrentam diversos obstáculos de ordem financeira que contribuem diretamente para sua instabilidade e encerramento precoce. De acordo com o autor, um dos principais desafios é a inadimplência, conforme demonstram os dados da Serasa Experian (2022), que identificou, em abril deste mesmo ano, mais de seis milhões de CNPJs inadimplentes, dos quais 5,5 milhões pertencem a micro e pequenas empresas.

Dentre essas, a maioria se concentra no setor de serviços (51,1%), seguido pelo comércio (40,3%) e pela indústria (8,1%). A dificuldade de acesso ao crédito é apontada como um dos principais fatores que agravam essa situação, comprometendo a capacidade dessas empresas de manterem sua saúde financeira e operarem de forma sustentável (Varela, 2022).

A ausência de um planejamento financeiro estruturado é um problema recorrente nesse segmento. Muitos pequenos empreendedores operam sem diretrizes claras para a alocação de recursos, o que pode comprometer a capacidade de enfrentar imprevistos, identificar oportunidades de investimento ou administrar riscos de forma eficiente (Pei, 2012). A falta de experiência e conhecimento técnico pode levar a decisões equivocadas, culminando em problemas de liquidez e endividamento excessivo (Zaborovskaya; Trofimova, 2022).

A dinâmica econômica atual exige que a gestão financeira em pequenos negócios seja adaptativa, com capacidade de resposta rápida às mudanças no mercado e às novas oportunidades. A realização de análises financeiras contínuas e a constante atualização dos gestores são medidas fundamentais nesse processo (Sukenti, 2023). Com isso, é possível implementar sistemas financeiros mais completos que não apenas evitem falhas, mas também promovam o crescimento sustentável da empresa.

Como apontam Ross et al. (2013), os objetivos financeiros de um negócio incluem a sobrevivência, a superação da concorrência, a maximização das vendas e dos lucros, a minimização dos custos e a manutenção do crescimento constante. Santos (2010) complementa que, para alcançar esse objetivo, é necessário um gerenciamento financeiro eficiente e alinhado com as demandas do mercado, cada vez mais complexo e imprevisível.

Nesse contexto, o planejamento financeiro surge como uma ferramenta indispensável para reverter esse cenário, contribuindo significativamente para a organização das finanças, o controle de gastos, a previsão de receitas e a mitigação de riscos. No tópico seguinte, discutiremos a importância do planejamento financeiro como elemento essencial para a sustentabilidade e o sucesso dos pequenos negócios em um ambiente empresarial cada vez mais competitivo.

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E SUA IMPORTÂNCIA

De acordo com Oliveira (2012), o planejamento financeiro corresponde ao processo pelo qual se estima o montante de recursos necessários para a continuidade das atividades de uma organização, bem como se define o momento e a forma de captação desses fundos. A inexistência de um método confiável para a projeção das demandas financeiras pode levar a empresa à insuficiência de capital

para cumprir obrigações essenciais, como o pagamento de juros de empréstimos, contas a pagar, despesas com aluguel e serviços públicos (Chiavenato, 2004).

Nessa perspectiva, a inadimplência pode ocorrer caso a empresa não consiga honrar seus compromissos financeiros contratados. Dessa forma, a ausência de um planejamento financeiro eficaz compromete a liquidez da organização, podendo levá-la à falência, mesmo que seus ativos totais, incluindo aqueles de baixa liquidez, como estoques, imóveis e equipamentos, sejam superiores aos passivos existentes (Oliveira, 2012).

De acordo com Machado (2008, p. 13), a importância do planejamento financeiro pode ser entendida da seguinte forma:

Assessorar o cliente na tomada de decisão e propiciar uma gestão mais eficaz. Consiste na análise do desenvolvimento financeiro de projetos e empresas, concluindo o detalhamento da estrutura de receitas, custos e despesas. Compreende desenvolvimento de ferramentas de apoio tais como: planos orçamentários e modelo de precificação.

De acordo com o autor, o planejamento financeiro é uma ferramenta essencial para apoiar a tomada de decisões e tornar a gestão empresarial mais eficiente. Nesse sentido, o planejamento permite uma análise detalhada do desempenho financeiro da empresa ou de um projeto, considerando todos os aspectos que envolvem receitas, custos e despesas. Além disso, o planejamento financeiro inclui a criação de instrumentos de apoio à gestão, como planos orçamentários e modelos de precificação, que ajudam a organizar os recursos e a definir estratégias mais adequadas para a sustentabilidade do negócio (Machado; 2008).

Paralelo a esse pensamento, Ross e Prette (1998, p.82) entendem que o “planejamento financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais sintetizada, um plano financeiro significa uma declaração do que a empresa deve realizar no futuro”. Para Gitman (2004) O planejamento financeiro fornece à organização uma base estratégica para lidar com eventuais imprevistos, permitindo a definição de caminhos viáveis para o alcance dos objetivos econômicos da instituição.

Por meio desse processo, torna-se possível traçar metas financeiras claras e identificar os recursos e ações necessários para atingi-las. Para que o desempenho organizacional seja satisfatório, é essencial que a empresa conduza suas finanças de forma planejada e criteriosa, considerando tanto as condições previstas quanto

as inesperadas, especialmente diante da constante volatilidade do ambiente financeiro, conforme destaca Gitman (2004).

De acordo com Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2016), o planejamento financeiro atua como um guia estratégico para as organizações, ao definir de forma clara os caminhos a serem percorridos para atingir os objetivos econômicos previamente estabelecidos. Nesse contexto, o plano financeiro representa uma projeção das ações que deverão ser executadas futuramente. Considerando que, na maioria das vezes, as decisões corporativas demandam um tempo significativo para sua efetiva implementação, torna-se essencial que essas escolhas sejam cuidadosamente avaliadas com antecedência, especialmente em cenários marcados pela incerteza (Machado,2008).

Na visão de Capel e Martins (2013), um bom planejamento precisa prever o que poderá acontecer, caso o planejado não aconteça, evitando frustrações na empresa. Os autores explicam ainda que é necessário levar em consideração alguns aspectos importantes no planejamento, para que esse seja desenvolvido de forma eficiente.

A figura abaixo desenha bem o modelo de processo de planejamento financeiro e de controle. Esse modelo é composto por etapas, objetivos e metas de um planejamento a longo prazo, conforme visualiza-se:

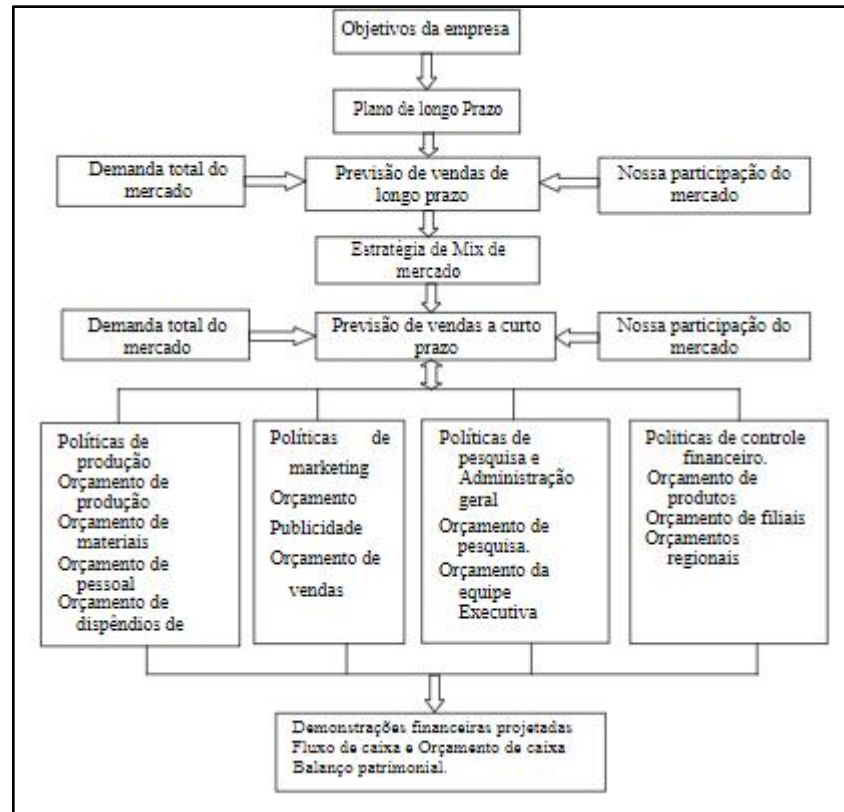


Figura 1– Visão do processo de planejamento e processo de controle
 Fonte: Martins e Capel (2013 apud Weston; Brigham, 2000, p. 344).

É possível observar na ilustração uma integração entre os diversos orçamentos empresariais que se originam as demonstrações financeiras projetadas, permitindo à organização antecipar cenários futuros e planejar suas ações com maior precisão. Nesse sentido, Grodiski (2008) destaca que, embora o planejamento deva abranger todos os setores da empresa, a área financeira exige atenção especial, visto que uma gestão bem estruturada nessa esfera pode ser decisiva para o sucesso organizacional. Para isso, é essencial estabelecer um orçamento detalhado, que contemple projeções de vendas, custos com matérias-primas, despesas com mão de obra e demais compromissos financeiros.

No contexto das micro e pequenas empresas, o planejamento financeiro contribui para a prevenção de crises de liquidez, controle dos custos, e otimização dos investimentos (Assaf Neto, 2015). Ao permitir que o empreendedor visualize de forma clara suas finanças, o planejamento atua como instrumento de tomada de decisão, reduzindo a improvisação e o risco de inadimplência.

De acordo com o Guia Prático de Planejamento Financeiro para pequenos negócios do SEBRAE (2025), um bom planejamento financeiro para esse grupo de empresas, deve seguir as seguintes etapas:

- Análise da situação atual, que se refere ao levantamento de dados sobre as receitas, despesas fixas e variáveis, dívidas e fluxo de caixa. Um diagnóstico preciso é a base para decisões estratégicas.
- Definição de metas: Nessa etapa é necessário estabelecer metas e objetivos realistas e mensuráveis com a metodologia SMART (Específicos, Mensuráveis, Atingíveis, Relevantes e Temporais).
- Criação de estratégias: Planejar ações específicas, como redução de custos, renegociação de contratos e aumento da eficiência operacional.
- Execução e monitoramento: Consiste em acompanhar indicadores-chave, como fluxo de caixa, margem de lucro e ponto de equilíbrio, ajustando as estratégias conforme necessário.

Essas etapas segundo a instituição, quando bem executadas gera um ciclo de melhoria contínua, permitindo que a empresa cresça de forma sustentável. Esse modelo pode ser melhor entendido na ilustração abaixo.



Figura 2—Ilustração do processo de planejamento financeiro de um pequeno negócio
Fonte: Elaborado pelo autor, dados do SEBRAE, 2025

De acordo com Cerbasi (2016), a ausência de planejamento é uma das principais causas do fechamento precoce de pequenos negócios. Muitas dessas empresas não monitoram seus fluxos de caixa, não definem metas financeiras e tampouco avaliam o retorno de seus investimentos. Isso as torna vulneráveis a variações de mercado, queda nas vendas e aumento de custos operacionais.

Evidencia-se nesse contexto, que o planejamento financeiro é uma ferramenta essencial para garantir a sustentabilidade, a competitividade e a capacidade de adaptação das empresas diante das constantes mudanças do mercado. Através de uma gestão financeira criteriosa e bem estruturada, os empreendimentos conseguem traçar metas realistas, identificar oportunidades e mitigar riscos que possam comprometer sua estabilidade (Lemes Júnior, Rigo e Cherobim, 2002; Machado, 2008). O tópico seguinte discute a educação financeira e sua importância para o seguimento de pequenos negócios.

2.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTANCIA PARA A GESTÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS

A preocupação com a educação financeira não é recente. A nível internacional, instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm defendido a promoção da educação financeira como uma forma de inclusão social e fortalecimento da cidadania econômica (OCDE, 2013). No Brasil, essa preocupação se materializou na criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem entre seus objetivos ampliar o acesso da população a conhecimentos financeiros, tanto no ambiente escolar quanto fora dele (Hofmann; Moro, 2012).

Sob a ótica de Rocha e Lima (2023), a educação financeira é entendida como uma habilidade fundamental que auxilia os indivíduos a realizarem escolhas conscientes e eficazes na administração de suas finanças ao longo da vida. Essa competência, embora amplamente associada ao contexto pessoal, também possui grande importância no ambiente empresarial, uma vez que favorece a tomada de decisões mais precisas na gestão dos recursos financeiros.

Rocha e Lima (2023) destacam que a população brasileira tem sido exposta a um volume crescente de campanhas publicitárias que incentivam o consumo de bens e serviços, o que pode resultar em gastos superiores à capacidade real de pagamento dos consumidores. No entanto, segundo os autores, essa realidade não se restringe apenas às pessoas físicas, estendendo-se também ao âmbito empresarial.

A ausência de uma base sólida em educação financeira compromete a saúde das finanças organizações, tornando-as mais vulneráveis a decisões inadequadas. Dessa forma, a incorporação de práticas de educação financeira torna-se essencial para promover escolhas mais conscientes e estratégicas, especialmente no que se refere à gestão de riscos, controle de despesas, realização de investimentos, solicitação de crédito e enfrentamento da inadimplência no contexto empresarial (Rocha; Lima, 2023).

Nessa perspectiva, Arduin e Schaff (2019) compreendem que a educação financeira desempenha um papel importante também na administração do fluxo de caixa das empresas. O domínio de conhecimentos financeiros segundo os autores, possibilita aos gestores identificarem oportunidades de investimento e gerir os

recursos disponíveis de maneira estratégica e eficaz. Diante disso, torna-se essencial que os empreendedores invistam em capacitação nessa área, buscando entender os principais conceitos, métodos e instrumentos voltados à gestão financeira. Essa iniciativa contribui para uma administração mais eficiente e sustentável dos negócios, minimizando riscos desnecessários e aproveitando melhor as chances oferecidas pelo mercado.

É possível perceber um pouco mais a importância da educação financeira, quando o BACEN (2013) afirma que essa prática é:

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros. Com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e, então, façam escolhas bem embasadas, saibam onde procurar ajuda e adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a Educação Financeira é um processo que contribui, de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (BACEN, 2013, p. 1)

Nesse sentido, educação financeira diz respeito à habilidade de compreender temas relacionados às finanças, englobando principalmente a aptidão de uma pessoa para tomar decisões conscientes e eficazes quanto à administração e utilização de seus recursos financeiros (Peter; Palmeiras, 2013).

Esses pensamentos mostram que a educação financeira tem sido um tema bastante discutido no meio empresarial. Santos (2018), defende que a ausência de conhecimentos financeiros pode resultar em escolhas inadequadas, comprometendo a estabilidade econômica das empresas. Diante disso, a educação financeira torna-se indispensável para os empreendedores, pois proporciona maior segurança e precisão na tomada de decisões relacionadas a investimentos, utilização de recursos e contratação de empréstimos.

De acordo com Lemes (2016), a educação financeira empresarial consiste no controle e direcionamento adequado dos recursos financeiros, envolvendo tanto a captação quanto a aplicação eficaz desses recursos com o objetivo de obter bons resultados. Para o autor, esse processo é essencial em organizações de todos os tamanhos, e embora a abordagem possa variar conforme o porte da empresa, os princípios fundamentais como a transparência e a busca pela maximização dos resultados, devem ser aplicados desde as microempresas até as grandes corporações (Lemes, 2016).

Contudo, esse processo pode se tornar bastante desafiador quando o empreendedor não possui conhecimento sobre como agir e acaba optando por agir apenas com base na intuição. Nesse contexto, Segundo Cardoso (2021) a educação financeira se mostra essencial para orientar os microempreendedores na escolha de estratégias mais adequadas rumo ao sucesso, como, por exemplo, compreender a importância de evitar gastos desnecessários. Aqueles que aplicam os ensinamentos da educação financeira demonstram estar preparados para lidar com situações que exigem decisões rápidas, prevenindo assim desequilíbrios no orçamento.

A falta de conhecimento técnico na área financeira, somada à escassez de políticas públicas voltadas à capacitação dos empreendedores, tem sido amplamente reconhecida como uma das principais fragilidades das pequenas empresas. Essa lacuna compromete aspectos fundamentais da gestão, como o controle do fluxo de caixa, a formulação de estratégias eficientes e a capacidade de adaptação em momentos de crise (Zaborovskaya; Tromova, 2022).

A literatura recente tem reforçado a importância estratégica da educação financeira empresarial como um dos pilares fundamentais para a manutenção e o crescimento sustentável dos pequenos negócios. Pinheiro e Hossoé (2024), destacam que o domínio de conhecimentos financeiros contribui significativamente para que os empreendedores tomem decisões mais embasadas, minimizem riscos operacionais e aumentem suas chances de expansão no mercado. Essa perspectiva se complementa em Almeida e Silva (2022), ao afirmarem que empresas que cultivam uma cultura financeira sólida demonstram maior resiliência diante de contextos adversos, como crises econômicas e oscilações no mercado.

Diante desse contexto, torna-se evidente a relevância crescente da educação financeira no ambiente empresarial, principalmente no caso das micro e pequenas empresas (MPEs), que embora desempenhem papel essencial na sustentação da economia nacional, frequentemente enfrentam obstáculos significativos para se manterem competitivas (Carvalho; Silva; Nunes, 2025).

3. PRINCIPAIS FERRAMENTAS PARA A GESTÃO FINANCEIRA

Uma gestão financeira eficiente é fundamental para o bom desempenho das micro e pequenas empresas, principalmente diante dos desafios enfrentados no ambiente empresarial. Para alcançar esse objetivo, é essencial utilizar ferramentas e

estratégias que otimizem os processos de controle, análise e planejamento financeiro (Gitman, 2010).

Neste capítulo, serão abordadas algumas das ferramentas essenciais para o bom desempenho financeiro. Entre elas destacam-se o fluxo de caixa, o controle de contas a pagar e a receber, o livro caixa, a gestão de custos e a demonstração do resultado do exercício (DRE). No contexto das micro e pequenas empresas, a utilização dessas ferramentas representa um diferencial competitivo e um passo fundamental para garantir a saúde financeira e a sustentabilidade do negócio.

3.1 GESTÃO DE FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é uma ferramenta essencial para o controle financeiro de qualquer organização, pois permite o registro sistemático de todas as entradas e saídas de recursos em determinado período. De acordo com o Sebrae (2013/2022), o principal objetivo do fluxo de caixa é avaliar o saldo de recursos financeiros disponíveis no momento, bem como projetar a capacidade da empresa de manter capital de giro suficiente para cobrir suas operações como pagamento de salários, impostos, fornecedores e viabilizar investimentos, como reformas e melhorias em sua estrutura. Essa análise é fundamental para garantir a sustentabilidade e o crescimento da organização ao longo do tempo.

Além disso, a ferramenta oferece ao gestor uma visão detalhada das fontes de receitas, dos gastos realizados e da destinação dos recursos financeiros. Conforme destaca Araújo; Assaf Neto (2010), o fluxo de caixa possibilita avaliar onde a empresa tem alocado seus recursos, sua capacidade de cumprir obrigações com terceiros e o montante de caixa disponível em diferentes períodos. Essa visão ampliada permite ao administrador entender com clareza a situação financeira da empresa, tanto no curto quanto no longo prazo, e tomar decisões mais assertivas e embasadas.

Para Santos (2001, p. 57), “o fluxo de caixa é um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente”.

O fluxo de caixa consiste no registro detalhado das receitas e despesas da empresa, sendo uma das ferramentas mais importantes para o gerenciamento financeiro. Trata-se de um instrumento que revela com clareza a condição financeira

atual da empresa, e sua análise torna-se essencial para orientar decisões do gestor, seja para aplicar recursos ou buscar financiamentos. No entanto, o fluxo de caixa vai além do simples acompanhamento das movimentações financeiras. Sua elaboração requer organização, e o acompanhamento constante é indispensável para garantir a saúde financeira e a continuidade das atividades da empresa. Para Longenecker et al. (2019, p. 218):

A administração dos fluxos de caixa é fundamental para os proprietários de pequenas empresas. Nas palavras de Philip Campbell, “Apesar do fato de o dinheiro ser a força vital de um negócio – o combustível que mantém o motor em funcionamento, a maioria dos donos de empresas não sabem administrar o fluxo de caixa. A má gestão do fluxo de caixa está causando mais falhas nos negócios hoje do que nunca”. Por essa razão, o proprietário de uma pequena empresa deve entender as fontes e usos do caixa da empresa.

Portanto, para evitar falhas na gestão, é necessário utilizar o fluxo de caixa na rotina empresarial.

Com base na abordagem contábil, os fluxos de caixa são resumidos por meio da demonstração dos fluxos de caixa, que organiza essas movimentações em três categorias principais: financiamento, investimento e operacionais. Essa demonstração permite conciliar os fluxos ocorridos com as variações nos saldos de caixa durante o período (Gitman, 2010).

Os fluxos de financiamento se referem a transações com credores e investidores, como amortizações de empréstimos e distribuição de dividendos (Assaf Neto, 2015). Por sua vez, os fluxos de investimento correspondem às movimentações associadas a ativos de longo prazo, como compra ou venda de terrenos, maquinário, ativos intangíveis e outros investimentos (Ching; Marques; Prado, 2010). Já os fluxos operacionais, de acordo com Luz e Oliveira (2017), estão alinhados ao objetivo principal da empresa (industrialização, prestação de serviços ou comércio). Para efeito deste trabalho, será utilizado apenas o fluxo de caixa operacional, tendo em vista que os fluxos de caixa de financiamento e investimento são ferramentas de gestão financeiras mais comumente utilizadas em empresas de médio e grande porte, que não são público-alvo da pesquisa deste trabalho.

De acordo com Sousa (2021), o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) é reconhecido como uma ferramenta informativa devido à maneira como apresenta os dados relacionados ao caixa de forma abrangente. Entre os seus benefícios,

destaca-se a possibilidade de classificar os recebimentos e pagamentos com base em critérios técnicos, em vez de apenas fiscais; além disso, permite o acesso diário às informações do caixa. Por outro lado, apresenta algumas limitações, como a dificuldade de adaptação dos responsáveis pela classificação das entradas e saídas financeiras, os custos envolvidos nesse processo e o fato de que os resultados são demonstrados sob o regime de caixa, em vez do regime de competência.

Os mesmos autores apresentam dois modelos de DFC, o direto e o indireto. O método direto é exemplificado pela figura 3 abaixo.

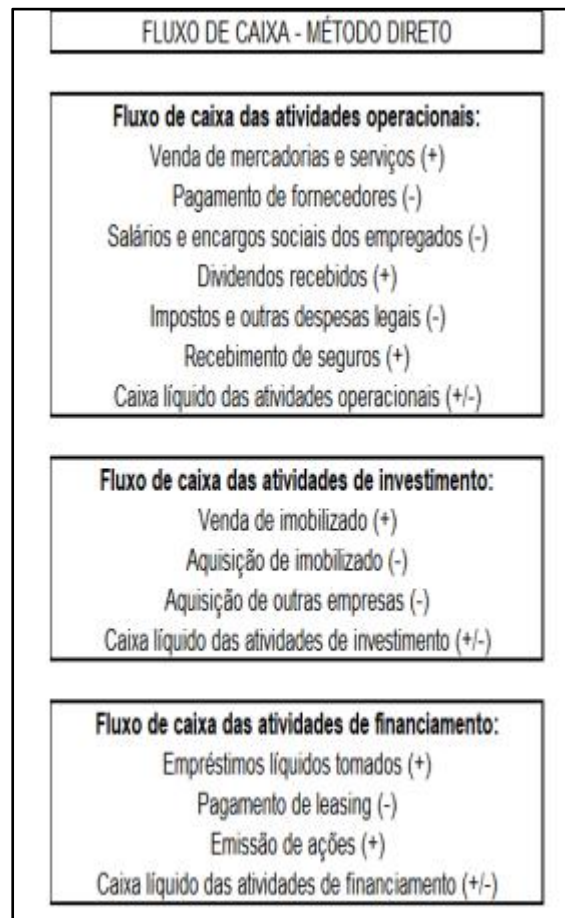


Figura 3– Método indireto de fluxo de caixa

Fonte: Sousa (2021 apud Comitê de Pronunciamentos Contábeis 03, 2010)

Em razão da simplicidade, o método direto possibilita, segundo Vilela (2009), uma maior facilidade na introdução da cultura de gestão baseada no controle de caixa dentro das organizações, independentemente do setor em que atuem.

De acordo com Ludicibus (2003) e Marion (2009), o método indireto consiste em ampliar a análise dos elementos do ativo e passivo não circulante, estendendo-a às variações ocorridas nos itens do circulante, com exceção das disponibilidades, que são justamente o foco da apuração. Diferentemente do método direto, esse

modelo não apresenta diretamente os recebimentos e pagamentos, mas deve evidenciar o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais da empresa. Entre suas principais vantagens estão o custo reduzido de implementação e a possibilidade de identificar as diferenças entre o lucro contábil e o fluxo de caixa, por meio de um processo de conciliação. Esse modelo está exemplificado na figura 3.

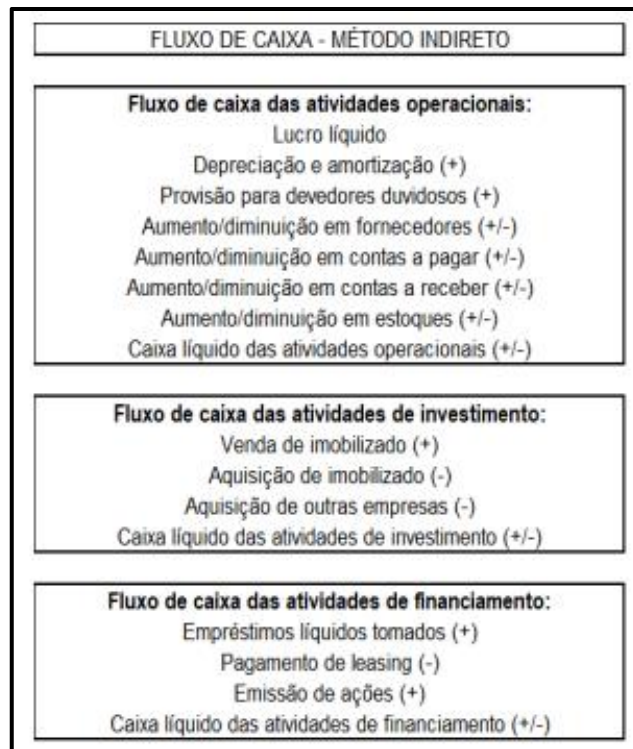


Figura 4– Método indireto do fluxo de caixa.

Fonte: Sousa (2021 apud Comitê de Pronunciamentos Contábeis 03, 2010)

Sousa (2021), destaca que ambos os métodos oferecem diversos benefícios às empresas, facilitando o acompanhamento das movimentações financeiras de forma mais prática e eficiente.

No entanto, apesar de sua utilidade, o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC) não era originalmente exigido como parte das demonstrações financeiras obrigatórias, conforme estabelecido no artigo 176 da Lei nº 6.404/76. Essa obrigatoriedade só foi instituída com a promulgação da Lei nº 11.638/07. De acordo com Marion (2009), mesmo de forma informal, todos possuem algum controle de fluxo de caixa, ainda que simples, mantendo em mente quanto foi recebido, quanto foi gasto e qual foi o saldo.

Nesse contexto, o fluxo de caixa é uma ferramenta essencial para pequenos negócios, pois permite o controle efetivo das entradas e saídas financeiras,

contribuindo diretamente para a sustentabilidade da empresa. Segundo Araújo e Assaf Neto e Silva (2010), essa ferramenta possibilita identificar antecipadamente possíveis sobras ou faltas de caixa, orientando medidas corretivas antes que ocorram desequilíbrios financeiros.

Por exemplo, um pequeno comércio de roupas que realiza vendas a prazo pode utilizar o fluxo de caixa para prever o recebimento dos valores parcelados e, assim, programar seus pagamentos futuros, como o aluguel do ponto comercial, folha de pagamento e reposição de estoque. Com isso, o gestor consegue visualizar com antecedência se haverá saldo suficiente para arcar com as obrigações do mês ou se será necessário buscar um empréstimo, conforme alerta Gitman (2004) ao afirmar que o fluxo de caixa é a principal estrutura para garantir que a empresa disponha de recursos adequados para suportar suas operações.

3.1.1 Contas a receber e a pagar

O controle do fluxo de contas a pagar e a receber é uma atividade fundamental para a administração financeira de qualquer empresa. Conforme destaca Assaf (2015), essa prática possibilita o monitoramento e o registro sistemático de todas as obrigações financeiras e valores a serem recebidos, contribuindo para uma gestão mais eficiente do caixa e prevenindo eventuais inadimplências ou dificuldades financeiras.

Segundo Santos (2010), é fundamental que todas as transações de venda realizadas pela empresa estejam devidamente documentadas e registradas em planilhas, formulários ou outros meios organizacionais. Esse procedimento facilita a visualização rápida de todos os compromissos a vencer, permitindo identificar datas, valores e o total das obrigações com clareza.

Conforme Attie (2010), quando uma empresa realiza vendas para recebimento futuro, ou seja, a prazo, surgem direitos que são registrados no ativo como contas a receber. Essas contas representam os valores que a entidade tem a receber em decorrência das vendas de mercadorias, produtos ou serviços relacionados à sua atividade principal. Trata-se, portanto, de um direito da empresa oriundo de transações comerciais realizadas, que evidencia os valores que ainda ingressarão em seu caixa, compondo uma parte fundamental da gestão financeira e patrimonial da organização.

O controle e a consolidação dos pagamentos das obrigações financeiras da empresa constituem uma das funções essenciais do setor financeiro. De acordo com Barbosa e Jackiu (2010), é fundamental que as empresas realizem esse controle de forma sistemática, tratando-o como uma atividade rotineira, já que envolve compromissos previamente assumidos. Para garantir eficiência nesse processo, é necessário identificar todas as obrigações financeiras pendentes, dando prioridade àquelas mais urgentes, especialmente em situações de restrição de caixa.

As contas a pagar correspondem às obrigações financeiras assumidas pela empresa, resultantes de aquisições como mercadorias, matérias-primas, equipamentos, contratação de serviços, pagamento de salários, tributos, aluguéis, financiamentos, contribuições, entre outros. É fundamental que esse controle seja realizado de forma sistemática e contínua, uma vez que geralmente envolve movimentações expressivas de recursos financeiros (Sá, 2021; Assaf, 2015).

No que tange a pequenos negócios, o controle eficiente das contas a pagar e a receber é bastante relevante, pois as pequenas empresas geralmente operam com margens financeiras reduzidas e não possuem grandes reservas de capital. Conforme Assaf (2015) destaca, o registro sistemático das obrigações financeiras e dos valores a receber proporciona uma visão clara do fluxo de caixa, permitindo ao gestor identificar com antecedência períodos de maior pressão financeira e adotar estratégias para evitar atrasos ou inadimplências. Por exemplo, um pequeno salão de beleza pode organizar seus recebimentos de serviços agendados e pagamentos de fornecedores de cosméticos em uma planilha semanal, garantindo que sempre haja recursos disponíveis para quitar seus compromissos sem comprometer o funcionamento do negócio.

Além disso, o controle dessas contas permite uma administração mais proativa, evitando decisões tomadas de forma emergencial e sem planejamento. Segundo Sá (2021), a má gestão das obrigações financeiras pode levar pequenas empresas à insolvência, pois muitas vezes não há margem para atrasos ou dívidas acumuladas. Um bom exemplo é o de um pequeno mercado de bairro que negocia prazos com fornecedores e, com base em um controle atualizado das contas a pagar e a receber, consegue planejar o pagamento de mercadorias após os recebimentos de vendas a prazo. Essa prática garante o equilíbrio do caixa e evita o comprometimento da credibilidade do negócio no mercado. Assim, para pequenos

empreendimentos, esse controle não é apenas uma ferramenta técnica, mas uma estratégia de sobrevivência e crescimento sustentável.

3.2 LIVRO CAIXA

De acordo com o Jornal Contábil (2020), o Livro Caixa possui o objetivo de registrar as entradas e pagamentos realizado durante um determinado período, auxiliando dessa maneira, na contabilidade da empresa e no controle da gestão.

Conforme destaca Silva (2015), é fundamental que os registros no caixa sejam feitos diariamente e com riqueza de detalhes, evitando incluir receitas futuras, como cheques pré-datados ou notas ainda não compensadas. Para garantir um preenchimento correto do Livro Caixa, é recomendável manter os comprovantes de despesas como contas de água, luz, telefone, materiais de escritório, serviços de limpeza, entre outros, devidamente arquivados. Esses documentos serão essenciais caso seja necessário revisar inconsistências ou divergências nos saldos registrados.

O autor explica que o Livro caixa, precisa conter: Data, Histórico, Débito, Crédito, Saldo e o Saldo atual. Nesse tipo de controle, não se deve utilizar débito e crédito em um único lançamento, e o saldo atual resulta da soma entre o saldo do mês anterior e o do mês em curso. Trata-se de uma das formas mais práticas de acompanhar as movimentações financeiras. Como os dados são constantemente atualizados, o gestor passa a ter uma visão mais clara e precisa, facilitando a compreensão e a elaboração de projeções futuras (Silva, 2015).

Esse modelo pode ser exemplificado com base no modelo extraído de Só Contabilidade (2025).

Quadro 1– Exemplo de Livro Caixa para pequenos negócios

Livro caixa				
Data	Histórico	Débitos (entradas)	Créditos (saídas)	Saldo

Fonte: Adaptado de (<http://www.socontabilidade.com.br>)

Diante do exposto, é possível compreender que o Livro Caixa não se trata apenas de uma ferramenta de registro, mas de um instrumento essencial para o acompanhamento e controle das movimentações financeiras de uma empresa. Sua correta utilização permite maior organização, facilita a identificação de inconsistências e contribui para a tomada de decisões mais seguras e assertivas.

Nos pequenos negócios o Livro Caixa é uma ferramenta indispensável, pois permite o acompanhamento detalhado das entradas e saídas diárias, contribuindo para uma administração mais precisa dos recursos disponíveis. Nesse contexto, um pequeno comércio de artigos de papelaria pode utilizar o Livro Caixa para registrar a venda de materiais escolares e, ao mesmo tempo, acompanhar os pagamentos realizados com fornecedores. Com isso, o empreendedor tem uma visão imediata do saldo disponível, evitando gastos excessivos e possibilitando um melhor planejamento para reposição de estoque ou pagamento de contas fixas (Silva, 2015).

3.3 GESTÃO DE CUSTOS

Conforme entende Palmeiras (2024), a gestão de custos consiste no processo de identificar, acompanhar e aperfeiçoar os gastos envolvidos na produção de bens ou na prestação de serviços. Esse processo abrange a análise detalhada de custos diretos, indiretos, fixos e variáveis ligados às etapas de fabricação, distribuição e comercialização. Para o autor, trata-se de uma ferramenta fundamental para o planejamento financeiro e para a tomada de decisões estratégicas, pois auxilia as empresas a detectarem desperdícios, reduzirem gastos supérfluos e melhorarem a utilização de recursos, promovendo, assim, maior eficiência nas operações e uma lucratividade sustentável.

A principal finalidade da gestão de custos é assegurar que a empresa produza seus bens ou serviços com eficiência, controlando os gastos e buscando a maximização dos lucros. Além disso, ela contribui para manter a competitividade no mercado, permitindo a oferta de preços atrativos sem que isso afete a qualidade dos produtos ou serviços (Palmeiras, 2024)

De acordo com Pompermayer e Lima (2002), a gestão de custos vai além das técnicas tradicionais da contabilidade. No âmbito contábil, os custos podem ser divididos em Custo Contábil e Custo Gerencial. O Custo Contábil, que está vinculado à Contabilidade Financeira, é regulado por normas legais, técnicas (princípios contábeis), fiscais (obrigatoriedade de cumprimento das leis) e societárias, baseando-se em fatos passados e seguindo uma formalidade rígida.

O autor complementa que as técnicas utilizadas para a apuração de custos, tanto contábeis quanto gerenciais, são aplicáveis a todos os tipos de negócios, de forma geral. Elas são especialmente importantes para o planejamento, a

administração e o controle das atividades econômicas decorrentes de cada empreendimento, que pode abranger atividades industriais, comerciais ou de prestação de serviços (Pompermayer e Lima, 2002).

Em pequenos empreendimentos, a estrutura administrativa geralmente é bastante enxuta, o que faz com que atividades estratégicas como a definição dos custos dos produtos e a formação do preço de venda fiquem concentradas nas mãos do próprio proprietário ou gestor. Segundo De Gregori, Schumacher e Lima (2023), esses empreendedores costumam adotar métodos empíricos de precificação, baseando-se em experiências anteriores ou práticas observadas em outros negócios, muitas vezes utilizando apenas custos diretos como referência para definição de preços. Esse comportamento evidencia a necessidade de aproximar a teoria da prática por meio de ferramentas simples e acessíveis, que facilitem a implantação de controles financeiros básicos no cotidiano das micro e pequenas empresas.

Dessa forma, a gestão de custos, mesmo que adaptada a uma linguagem simplificada, torna-se essencial para melhorar o desempenho desses negócios. A utilização de modelos práticos de controle, como planilhas de custos, fluxo de caixa e livro caixa, pode auxiliar o empreendedor a compreender melhores suas margens de lucro, identificar despesas invisíveis e evitar decisões financeiras baseadas apenas na intuição (De Gregori, Schumacher e Lima, 2023). Como destacam os autores, é fundamental fornecer aos pequenos gestores mecanismos compatíveis com sua realidade operacional, permitindo que eles desenvolvam uma visão mais estratégica do negócio, mesmo sem uma formação técnica avançada na área contábil ou financeira.

Nesse contexto, a gestão de custos desempenha um papel fundamental no processo decisório dentro das organizações, pois fornece informações essenciais que orientam os gestores em decisões como o momento, o montante e a área em que se deve investir, além da definição do preço de produtos e serviços (Saldanha; Brambilla 2020).

3.4 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

Segundo a abordagem de (Pereira, 2017), a demonstração do resultado do exercício (DRE) tem como finalidade expor, de maneira sintética e vertical, os

resultados obtidos a partir das operações realizadas pela empresa em um período específico, geralmente correspondente a doze meses.

Esse pensamento é forçado nas palavras de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 39) ao afirmarem que:

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta de forma esquematizada os resultados auferidos pela entidade em determinado período. Em linhas gerais, o resultado é apurado deduzindo-se das receitas todas as despesas (inclusive os custos, que nesse momento se transformam em despesas) que a empresa incorreu no referido período.

O DRE tem a função de organizar e apresentar, de forma clara e objetiva, os ganhos e perdas de uma empresa em um determinado intervalo de tempo. Para isso, calcula-se o resultado final subtraindo-se todas as despesas incluindo os custos operacionais, que são considerados como despesas nesse contexto das receitas obtidas no mesmo período. Esse processo permite identificar se a empresa teve lucro ou prejuízo durante o exercício analisado.

Segundo a Lei 6.404/76 que trata da regulamentação das sociedades empresárias constituídas sob a forma de sociedade por ações, ou sociedade anônima (S.A.) no Brasil, o DRE é um relatório contábil obrigatório que apresenta, de forma ordenada e resumida, a formação do resultado líquido de uma empresa em determinado exercício social. Ele evidencia a performance econômica da entidade ao detalhar todas as receitas, deduções, custos, despesas, participações e impostos que impactam no cálculo do lucro ou prejuízo líquido do período.

Conforme estabelece o artigo 187 da Lei e suas alterações, a DRE apresenta inicialmente a receita bruta de vendas e serviços, com as devidas deduções, até alcançar o lucro líquido do exercício. Ela permite identificar a lucratividade real da organização ao considerar não apenas as receitas, mas também os custos, despesas operacionais, financeiras e eventuais participações (Pereira, 2017).

O DRE, representa o valor total obtido com vendas ou prestação de serviços, subtraindo-se os custos necessários para a obtenção dessa receita. Dessa forma, chega-se ao lucro operacional, ao qual são somadas ou deduzidas as demais receitas e despesas, resultando no lucro líquido do período analisado (Mota, 2017). Padoveze (2017), acrescenta que o DRE é a segunda mais importante demonstração, devido ao fato de ele trazer evidências sobre lucros ou prejuízos acumulados no período.

A Demonstração do Resultado do Exercício é uma ferramenta fundamental para pequenos negócios, pois oferece uma visão clara e organizada das receitas, custos e despesas, permitindo ao gestor analisar com precisão o desempenho econômico da empresa em um determinado período. Segundo Barroso (2025), além de indicar se houve lucro ou prejuízo em determinado período, a DRE também auxilia na tomada de decisões estratégicas, identificando falhas, fraquezas e oportunidades de melhoria. Por meio de análises como a margem de contribuição e a comparação dos resultados entre diferentes períodos, o empresário pode ajustar preços, reduzir despesas excessivas e melhorar sua lucratividade com base em dados reais, e não apenas em percepções subjetivas.

A estrutura simplificada da DRE, dividida em grupos como receitas, custos e despesas, permite que mesmo micro e pequenas empresas, que muitas vezes não contam com departamentos contábeis robustos, utilizem esse relatório como instrumento gerencial. Conforme destaca Barroso (2025), a DRE também viabiliza análises verticais e comparativas, revelando o impacto percentual de cada gasto sobre a receita líquida e facilitando o controle orçamentário. Dessa forma, a DRE se torna mais do que uma obrigação contábil, ela atua como uma aliada no planejamento e na condução eficiente do negócio, contribuindo diretamente para seu crescimento sustentável.

4. PRINCIPAIS INDICADORES DA GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira eficaz é essencial para a sustentabilidade e o crescimento de qualquer organização, sobretudo nas micro e pequenas empresas (MPEs), que geralmente operam com recursos limitados e precisam tomar decisões estratégicas com base em informações confiáveis e acessíveis (Gitman, 2004). Neste capítulo, serão apresentados os principais indicadores financeiros utilizados na análise do desempenho empresarial: ponto de equilíbrio, rentabilidade do investimento, lucratividade e payback. Cada um desses instrumentos exerce papel importante no controle financeiro, no planejamento estratégico e na tomada de decisão. Além de sua importância teórica, serão discutidas suas aplicações práticas no contexto dos pequenos negócios, destacando como essas ferramentas podem contribuir para maior controle, eficiência e competitividade.

4.1 PONTO DE EQUILÍBRIO

O ponto de equilíbrio constitui um importante instrumento de análise gerencial, sendo essencial para a compreensão da relação entre receitas, custos e despesas de uma organização. Trata-se do nível de atividade no qual o total das receitas auferidas pela empresa é suficiente apenas para cobrir todos os seus custos e despesas operacionais, sem que haja lucro ou prejuízo. Nesse estágio, a empresa encontra-se em uma situação de neutralidade econômica, operando no chamado "ponto de nivelamento" ou "ponto crítico" (Marion, 2009; Ribeiro, 2017; Lima; Venzon, 2024).

Essa análise é fundamental para a tomada de decisões estratégicas, uma vez que permite identificar o volume mínimo de vendas necessário para que a empresa sustente sua operação sem ter perdas financeiras. O cálculo do ponto de equilíbrio, em unidades, é obtido pela fórmula: $QT = \frac{CDFT}{MCu}$ em que QT é a quantidade total produzida e vendida, CDFT são os custos e despesas fixas totais e MCu é a margem de contribuição unitária.

De acordo com Lorentz (2021), o ponto de equilíbrio também pode ser denominado de ponto de equilíbrio operacional (PEO), ponto de ruptura ou ponto de quebra, ressaltando-se a sua função como ferramenta gerencial na mensuração da viabilidade das operações empresariais.

A análise do ponto de equilíbrio pode ser realizada sob diferentes vertentes. O ponto de equilíbrio contábil (PEC) considera o total dos custos e despesas fixas e variáveis, sem incluir qualquer retorno sobre o capital investido. Ele evidencia a quantidade mínima de vendas para que a empresa não apresente resultado negativo, servindo como referência para a gestão operacional (Marion, 2009; Ribeiro, 2017).

Já o ponto de equilíbrio econômico (PEE) avança na análise ao incluir uma estimativa de remuneração sobre o capital aplicado no negócio, contemplando o custo de oportunidade. Essa abordagem busca aferir o nível de atividade necessário não apenas para cobrir os custos contábeis, mas também para garantir um retorno mínimo ao investidor, geralmente representado pela taxa de juros vigente no mercado (Lorentz, 2021).

Por sua vez, o ponto de equilíbrio financeiro (PEF) restringe-se aos custos e despesas que envolvem desembolso efetivo de caixa, desconsiderando itens como depreciação ou provisões. Essa perspectiva está voltada para a análise da liquidez e da capacidade de a empresa honrar seus compromissos de curto prazo (Lorentz, 2021).

Para os pequenos negócios, a análise do ponto de equilíbrio se torna uma ferramenta indispensável na gestão operacional. Identificar o volume mínimo de vendas necessário para cobrir custos e despesas permite ao empreendedor visualizar com clareza o quanto precisa vender para que a empresa não opere no prejuízo. De acordo com Ribeiro (2017), essa informação é estratégica para decisões como precificação, definição de metas de vendas e avaliação de novos investimentos. Em um pequeno restaurante essa ferramenta pode ser utilizada para calcular quantas refeições deve vender por dia para cobrir seus custos fixos como aluguel, energia e salários. Esse tipo de controle simples, mas eficaz, é essencial para a sobrevivência e crescimento sustentável dos pequenos empreendimentos.

Dessa forma, a identificação e a correta utilização das diferentes modalidades de ponto de equilíbrio são fundamentais para uma gestão financeira eficaz, permitindo à empresa alinhar suas decisões de produção, precificação e investimentos à sua capacidade de gerar valor de forma sustentável.

4.2 RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO

Conforme observa Navarro, Silva, Parisi *et al.*, (2013), a rentabilidade do investimento é um dos principais indicadores utilizados para avaliar a eficácia das decisões financeiras dentro das empresas, refletindo diretamente os resultados obtidos com a aplicação de recursos em ativos produtivos. Essa rentabilidade é apurada por meio de índices que relacionam o lucro gerado pela empresa ao capital investido, possibilitando a mensuração do retorno obtido a partir das decisões estratégicas de investimento. De acordo com Assaf Neto (2015) a rentabilidade do investimento está associada à capacidade de um ativo ou projeto gerar retorno econômico no futuro, sendo essencial na análise do desempenho empresarial.

Esse indicador é fundamental para que investidores e gestores compreendam se os recursos estão sendo aplicados de forma eficiente e lucrativa. Além disso, a literatura aponta que a rentabilidade futura pode ser impactada por diversos fatores, como as condições de mercado, o setor de atuação e o grau de governança corporativa das empresas (Tavares Filho, 2006).

O coeficiente Q de Tobin, também se apresenta como uma ferramenta relevante para a avaliação da rentabilidade do investimento, ao comparar o valor de mercado da empresa com o valor de reposição de seus ativos. Essa métrica permite inferir se a empresa está sendo bem avaliada pelo mercado em função de seus investimentos realizados, indicando, portanto, a existência de oportunidades rentáveis (Luporini; Alves, 2010).

Estudos empíricos reforçam a relação entre investimento e rentabilidade futura. Por exemplo, Navarro, Silva, Parisi *et al.*, (2013) demonstraram que os investimentos realizados, especialmente quando aliados a práticas contábeis conservadoras, afetam positivamente o crescimento do lucro e o valor da empresa. Da mesma forma, (Tavares Filho, 2006). ao analisarem empresas da bolsa de Taiwan, constataram uma associação positiva entre os níveis de investimento e a rentabilidade futura, após a categorização das empresas segundo seus níveis de capital investido.

Avaliar se os recursos aplicados estão gerando retorno compatível com o esforço e os riscos assumidos é essencial para garantir a continuidade do negócio. Segundo Assaf Neto (2015) a rentabilidade revela a capacidade da empresa em

transformar investimentos em lucro. No caso de um pequeno mercado de bairro, por exemplo, ao investir em novos equipamentos ou reforma do espaço, é possível utilizar indicadores como o ROI para analisar se essas decisões estão gerando um retorno satisfatório. O Retorno sobre o investimento (ROI) pode ser calculado pela fórmula:

$$ROI = \frac{\text{Lucro Gerado Pelos Ativos}}{\text{Investimento Médio}} \times 100$$

Assim, a aplicação desse indicador permite direcionar melhor os investimentos e minimizar desperdícios de capital.

Diante dessas evidências, a análise da rentabilidade do investimento torna-se indispensável para o planejamento financeiro, sendo um parâmetro fundamental na formulação de estratégias empresariais voltadas à criação de valor e à sustentabilidade econômica. Assim, compreender os fatores que influenciam essa rentabilidade são essenciais para a tomada de decisão eficaz e para o alcance dos objetivos organizacionais.

4.3 LUCRATIVIDADE

A lucratividade é um dos principais indicadores de desempenho econômico-financeiro de uma organização, utilizada para mensurar a eficiência com que a empresa transforma sua receita em lucro. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013), trata-se de um indicador percentual que expressa o ganho obtido em determinado período sobre as atividades operacionais realizadas.

Para Galhardo (2012), a lucratividade representa a proporção entre o lucro obtido e o faturamento total da empresa, possibilitando verificar, de maneira objetiva, quanto do valor vendido foi convertido em resultado positivo. Por exemplo, se uma organização obteve faturamento de R\$ 100.000,00 e lucro de R\$ 12.000,00, sua lucratividade é de 12%. Esse tipo de análise torna-se essencial para entender a rentabilidade operacional do negócio e orientar decisões estratégicas. A lucratividade é calculada pela fórmula: $\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Faturamento}} \times 100$

Silva (2008) complementa essa perspectiva ao destacar que a lucratividade também é tida como índice de retorno sobre as vendas, deve considerar a receita líquida, e não a receita bruta. Isso porque a receita líquida já desconta devoluções,

abatimentos e impostos sobre vendas, fornecendo uma visão mais realista do desempenho financeiro. O uso da receita bruta poderia resultar em índices inflacionados, gerando interpretações distorcidas da situação econômica da empresa.

A lucratividade também é bastante associada ao conceito de margem de lucro líquida, o qual é caracterizado como a parcela do faturamento que permanece após a dedução de todas as despesas da empresa. Ou seja, representa quantos centavos de cada real vendido restam como resultado líquido (Susin, 2013). Para Galhardo (2012), esse indicador revela a eficiência na gestão das despesas em relação às vendas, indicando que, quanto menor o volume de gastos em proporção ao faturamento, maior será a margem de lucro alcançada.

Padoveze e Benedicto (2011) argumentam que os termos lucratividade e margem de lucro podem ser considerados sinônimos em determinadas abordagens. Além da margem líquida, que é a mais comum para o cálculo da lucratividade, destacam-se também a margem bruta, que avalia a relação entre o lucro bruto e a receita líquida, $MargemBruta(MB) = \frac{LucroBruto}{ReceitaLíquida}$, e a margem operacional, que considera os lucros antes das despesas financeiras e impostos, $MargemOperacional(MO) = \frac{LucroOperacional}{ReceitaLíquida}$. Cada uma dessas margens fornece uma leitura complementar da rentabilidade da organização em diferentes níveis da estrutura de resultados.

No quesito pequenos negócios, a lucratividade é um dos indicadores mais acessíveis e úteis para esses empreendimentos, pois fornece uma visão clara sobre a eficiência da operação em transformar vendas em lucro. Segundo o SEBRAE (2013), compreender a margem de lucro líquida ajuda o gestor a avaliar se o preço cobrado cobre os custos e ainda gera ganho real. Podemos retomar como exemplo, o salão de beleza. A empreendedora, pode acompanhar sua lucratividade mensal para verificar se as promoções realizadas realmente compensam ou se estão apenas movimentando o caixa sem retorno efetivo. Esse tipo de análise é fundamental para decisões como ajustes de preço, cortes de gastos e definição de metas de crescimento, promovendo maior controle financeiro no dia a dia do seu salão.

Diante do exposto, a lucratividade constitui um instrumento fundamental na avaliação da viabilidade e do desempenho financeiro das empresas, sendo especialmente relevante para pequenos negócios que precisam monitorar de forma rigorosa sua capacidade de geração de lucro. Além de orientar decisões internas, como precificação e controle de custos, a análise da lucratividade também pode ser decisiva na captação de investimentos e no relacionamento com stakeholders.

4.5 PAYBACK

O Payback é um dos indicadores mais utilizados na análise de investimentos, especialmente por sua simplicidade e objetividade ao demonstrar em quanto tempo o capital investido será recuperado por meio dos fluxos de caixa gerados pela atividade. Conforme Silva (2004) e Hoji (2010), esse indicador é fundamental para investidores, pois quanto menor for o prazo de retorno, menor será o risco associado ao investimento e maior será a liquidez do capital aplicado.

No contexto do planejamento financeiro empresarial, o Payback se apresenta como um indicador estratégico para a tomada de decisões relativas à alocação de recursos e viabilidade de projetos. De acordo com Soldeira e Kuhn (2018), a aplicabilidade do payback abrange desde pequenas empresas até grandes corporações, sendo também amplamente utilizado em empreendimentos agroindustriais. A importância deste indicador, reside no fato de permitir uma estimativa clara e rápida do tempo necessário para reaver o valor aplicado, o que é fundamental em cenários de incerteza econômica ou de capital limitado (Alves, 2019).

Existem duas formas principais de se calcular o Payback: o simples e o descontado. O Payback simples considera apenas a soma dos fluxos de caixa positivo até que igualem o valor do investimento inicial, sem levar em conta a variação temporal do valor do dinheiro. Ou seja, ele desconsidera a inflação, os juros ou o custo de oportunidade, sendo mais indicado para análises de curto prazo ou em ambientes com baixa volatilidade econômica (Sigahi; Moraes, 2017).

Sua fórmula pode ser expressa da seguinte forma:

$$PaybackSimple = \frac{InvestimentoInicial}{FluxoDeCaixaAnual}$$

Já o Payback descontado é uma versão mais refinada, que incorpora a atualização dos valores dos fluxos de caixa com base em uma taxa de atratividade, refletindo a perda de valor do dinheiro ao longo do tempo. Esse modelo, portanto, é mais apropriado para análises de médio e longo prazo, pois considera o princípio do valor do dinheiro no tempo, fundamental na moderna teoria financeira (Sigahi; Moraes, 2017). Ao aplicar essa metodologia, os fluxos de caixa futuros são trazidos a valor presente, o que proporciona uma avaliação mais precisa do risco e da rentabilidade do investimento. Sua expressão é representada por:

$$\textit{PaybackDescontado} = \frac{\textit{PrimeiroAnodeSaldoPositivo} + \textit{SaldonegativodoAnoAnterior}}{\textit{FluxodeCaixaDescontadodoPrimeiroAnodeSaldoPositivo}}$$

O Payback é amplamente aplicável aos pequenos negócios devido à sua simplicidade e objetividade. Como afirmam Silva (2004) e Hoji (2010), ele permite ao gestor saber em quanto tempo o valor investido em um projeto ou aquisição será recuperado. Para um pequeno empreendedor que deseja adquirir uma máquina nova, por exemplo, o cálculo do Payback ajuda a determinar se o investimento valerá a pena no curto prazo, oferecendo segurança em cenários de incerteza. Assim, o uso do Payback contribui para reduzir os riscos associados a decisões de investimento, tornando-se uma ferramenta essencial para o planejamento financeiro das micro e pequenas empresas.

5. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa, realizada por meio de um estudo de caso, com o objetivo de investigar a aplicação dos conhecimentos em administração financeira na gestão de pequenos negócios por parte dos egressos do curso de Administração da UNEB, Campus V. O quadro abaixo mostra a diferença entre a abordagem qualitativa x quantitativa e sua aplicação neste estudo.

Quadro 2–Quadro Comparativo: Pesquisa Qualitativa x Pesquisa Quantitativa

Aspecto	Pesquisa qualitativa (Quali)	Pesquisa quantitativa (Quanti)
Objetivo	Explorar significados, percepções e experiências.	Medir, quantificar, testar hipóteses e generalizar.
Natureza	Subjetiva, interpretativa.	Objetiva, estatística.
Amostra	Pequena, não probabilística, intencional.	Grande, probabilística, representativa.
Coleta de dados	Entrevistas, grupos focais, observação, documentos.	Questionários, surveys, experimentos, bases de dados.
Análise	Categorização, análise de conteúdo, interpretação.	Estatística (médias, frequências, correlações, regressão).
Resultados	Narrativas, categorias, compreensões profundas.	Gráficos, tabelas, testes estatísticos, generalizações.
Exemplo	Entender como empresários veem o apoio do SEBRAE.	Medir quantos empresários usam crédito bancário e seu impacto na receita.

Fonte: adaptado de Minayo (2012)

A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2012), buscou compreender as percepções, motivações e desafios dos participantes em relação à gestão financeira, correlacionando os dados obtidos com o referencial teórico. Já a abordagem quantitativa, baseada em Creswell (2014), permitiu a quantificação e análise estatística descritiva dos dados, viabilizando a identificação de padrões e tendências.

Segundo Vergara (2006), as pesquisas científicas podem ser classificadas com base em dois critérios principais: quanto à sua finalidade e quanto ao seu método. Esta pesquisa se classifica quanto a sua finalidade como descritiva e exploratória. Essas dimensões podem ser detalhadas no quadro 3.

Quadro 3– Quadro Comparativo dos Tipos de Pesquisa Científica

Aspecto	Pesquisa Exploratória	Pesquisa Descritiva	Pesquisa Explicativa
Objetivo	Proporcionar maior familiaridade com o problema; formular hipóteses; explorar ideias iniciais.	Descrever características de determinada população ou fenômeno.	Identificar fatores que explicam a ocorrência dos fenômenos; buscar relações de causa e efeito.
Natureza	Flexível, aberta, preliminar.	Estruturada, sistemática.	Profunda, detalhada, com forte embasamento teórico e metodológico.
Pergunta central	“O que é?” / “Como é?” (fase inicial de aproximação).	“Como se caracteriza?” / “Qual a frequência ou distribuição?”.	“Por que acontece?” / “Quais os fatores determinantes?”.
Métodos usuais	Levantamento bibliográfico; entrevistas com especialistas; estudo de caso piloto; observação.	Questionários; levantamentos amostrais; censos; análise estatística descritiva.	Experimentos; análises estatísticas complexas; modelagens; estudos longitudinais.
Resultados esperados	Geração de hipóteses, insights iniciais, maior compreensão do fenômeno.	Retrato detalhado da realidade observada (perfil, frequência, comportamento).	Explicações causais, relações entre variáveis, teorias consolidadas.
Exemplo prático	Investigar preliminarmente os desafios enfrentados pelas microempresas no Recôncavo Baiano.	Levantar dados sobre o número de microempresas abertas por setor na Bahia nos últimos 5 anos.	Explicar por que microempresas da Bahia apresentam alta taxa de mortalidade em até 2 anos.

Fonte: Adaptado de Vergara (1998) e Gil (2008)

Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como principal objetivo descrever características de fenômenos ou populações, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados. Neste estudo, essa abordagem permitiu descrever e analisar como os conhecimentos em administração financeira adquiridos pelos egressos do curso de administração da UNEB-DCH Campus V, são aplicados na gestão de pequenos negócios, apresentando um retrato detalhado das práticas e percepções financeiras destes pesquisados.

Já as pesquisas exploratórias visam desenvolver e delimitar conceitos pouco definidos, sendo caracterizadas por menor rigidez metodológica e pelo uso de procedimentos como levantamento bibliográfico, entrevistas não estruturadas e estudos de caso (Gil, 2008). A pesquisa assume caráter exploratório por buscar compreender se, de fato, os conhecimentos adquiridos na universidade contribuem para que os egressos consigam aplicar de maneira mais eficiente a gestão em seus pequenos negócios. Essa classificação justifica-se porque o tema ainda é pouco investigado no âmbito acadêmico, carecendo de estudos mais aprofundados que relacionem a formação em Administração Financeira à prática gerencial em

empreendimentos de pequeno porte. Assim, este trabalho amplia o debate ao abordar a questão de forma mais abrangente, fornecendo subsídios para futuras investigações sobre o assunto.

Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado online, elaborado por meio da plataforma Google Forms, contendo: Seção inicial com questões socioeconômicas como idade, gênero, ano de conclusão, entre outras. A segunda seção abordou aspectos sobre os conhecimentos em Administração Financeira e sua aplicação na gestão de pequenos negócios, com afirmativas predefinidas. A terceira seção trouxe as contribuições da gestão financeira para administração do pequeno negócio.

Quanto ao universo da pesquisa, a população do estudo compreendeu 156 egressos do curso de Administração da UNEB – Campus V. O questionário foi aplicado de forma online, cujo o link <https://forms.gle/gdfEGVnMt6w55DnG7> foi enviado via WhatsApp e Instagram mediante contato prévio com o respondente em um período de 2 semanas entre 02/08/25 a 13/08/25. Realizou-se mais de uma tentativa de contato através de mensagens e ligações, com o objetivo de convencer ou sanar possíveis dúvidas daqueles que ainda não haviam respondido a pesquisa. Dentro do universo da pesquisa, foi realizado o contato com 83 pessoas, dos quais 52 responderam à pesquisa. Do total de respondentes, apenas 22 egressos foram elegíveis para a amostra, por serem os que administram ou já administraram um negócio próprio e/ou de terceiros.

Os dados coletados foram analisados mediante três etapas:

- Análise quantitativa: tabulação dos dados e geração de gráficos e com dados numéricos e um quadro;
- Análise descritiva: caracterização do perfil dos respondentes e descrição do uso de ferramentas e conhecimentos financeiros;
- Análise qualitativa: identificação de padrões, dificuldades e facilidades na aplicação dos conhecimentos, com base nas respostas obtidas nos gráficos, quadros e na triangulação com o referencial teórico.

Conforme Gil (2008) o estudo de caso mostrou-se adequado para investigar a relação entre a formação acadêmica e a prática gerencial, considerando o contexto real dos pequenos negócios e suas particularidades. A combinação desses métodos permitiu uma compreensão abrangente do fenômeno estudado, equilibrando a parte interpretativa com a generalização dos padrões observados.

6. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados apresentados a seguir busca responder ao problema desta pesquisa: compreender de que forma os conhecimentos em administração financeira adquiridos pelos egressos do curso de Administração da UNEB, Campus V são aplicados na gestão de pequenos negócios. Nesse sentido, a investigação confronta as hipóteses levantadas, que variam entre a não aplicação, a aplicação parcial e a aplicação total desses conhecimentos.

Além disso, a análise dialoga diretamente com os objetivos propostos, ao identificar os conhecimentos financeiros mais necessários e utilizados pelos egressos, bem como avaliar em que medida tal saberes contribuem para a melhoria da gestão dos empreendimentos. Dessa forma, os resultados apresentados oferecem subsídios para compreender não apenas a realidade prática vivenciada pelos egressos formados pela instituição, mas também as implicações dessa prática para a sustentabilidade e competitividade dos pequenos negócios.

6.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Antes de adentrar especificamente na análise da aplicação dos conhecimentos em administração financeira, faz-se necessário compreender o perfil demográfico dos respondentes, uma vez que fatores como idade, gênero, tempo de formação e atuação profissional podem influenciar diretamente a forma como esses conhecimentos são assimilados e aplicados na prática.

O levantamento desse perfil permite contextualizar os dados, fornecendo um panorama sobre as características do grupo pesquisado e possibilitando uma leitura mais aprofundada acerca da relação entre a formação acadêmica em Administração e sua efetiva contribuição para a gestão de pequenos negócios.

Inicialmente, buscou-se identificar se os egressos administram ou já administraram um pequeno negócio próprio ou de terceiros, ou se nunca tiveram essa experiência. Essa informação é fundamental para contextualizar o nível de contato prático dos participantes com a gestão financeira, conforme demonstra o Gráfico 1.

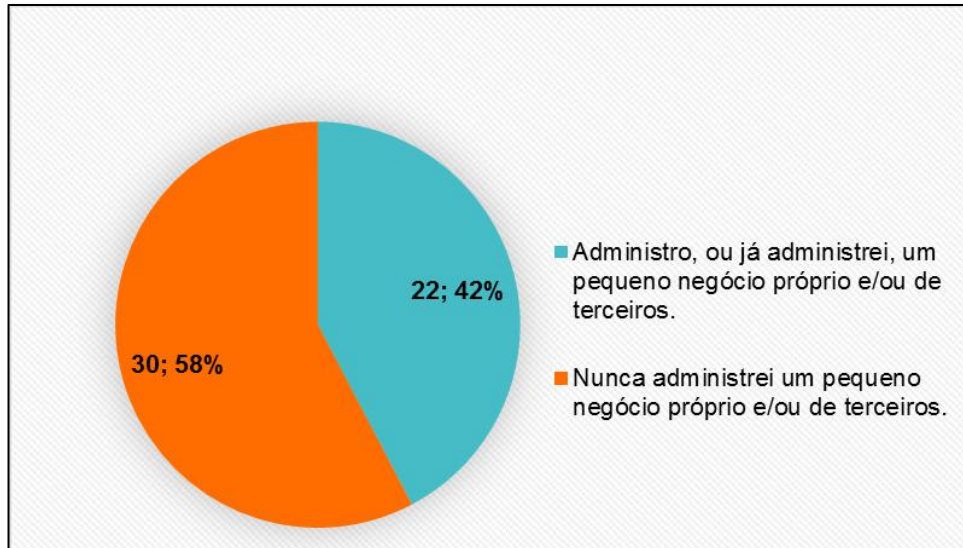


Gráfico 1– Administração de um negócio próprio ou de terceiros
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

No que se refere à experiência em gestão, observa-se que 42% dos participantes afirmaram administrar ou já ter administrado um pequeno negócio, enquanto a maioria, 58%, declarou nunca ter tido essa experiência.

Essa distribuição revela que, embora exista um grupo expressivo com prática direta em liderança, tomada de decisão e gerenciamento de recursos, a maior parte ainda não teve contato efetivo com esse tipo de experiência. Tal dado é relevante, pois aponta que parte dos respondentes só possui a formação teórica adquirida no curso de Administração, sem aplicação direta em contextos de pequenos negócios.

De acordo com Grecco; Geron. Formigoni (2014), a administração de pequenos empreendimentos demanda habilidades como planejamento, organização, liderança e controle de recursos. Assim, a vivência prática relatada pelos 42% dos participantes pode contribuir para maior segurança na tomada de decisões e compreensão das dinâmicas do mercado. Por outro lado, o predomínio de respondentes sem experiência prévia destaca a importância de metodologias de ensino que favoreçam a formação prática simulada, a fim de preparar melhor esses futuros profissionais (Chiavenato, 2014).

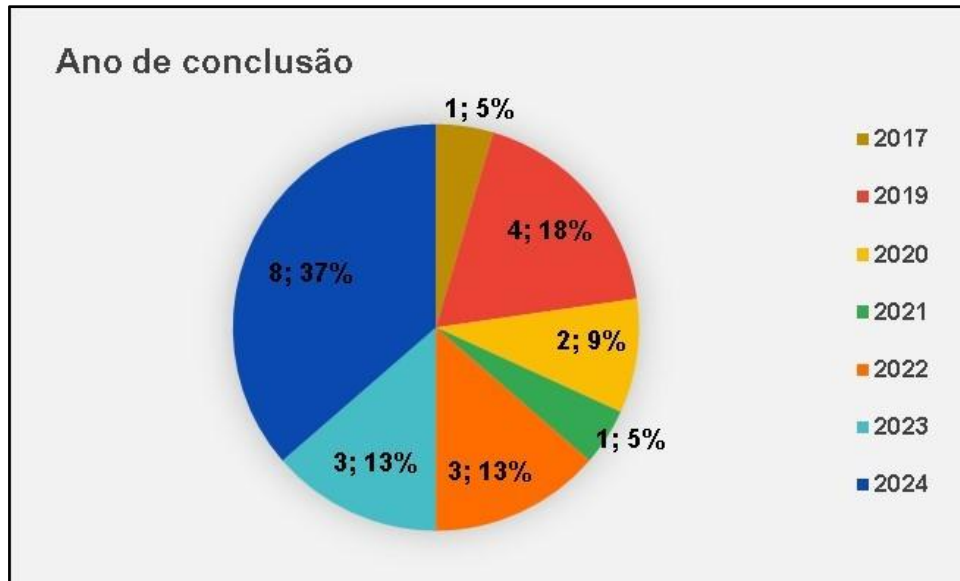


Gráfico 2– Ano que os participantes concluíram o curso
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

O perfil dos respondentes evidencia um grupo heterogêneo em termos de tempo de formação, mas com predominância de concluintes mais recentes (2024), o que sugere maior presença de estudantes em fase de transição para o mercado de trabalho. Essa característica é relevante, pois, conforme Gitman (2004), a aplicação prática dos conhecimentos em administração financeira tende a ser mais desafiadora no início da trajetória profissional, quando ainda se consolidam as competências gerenciais.

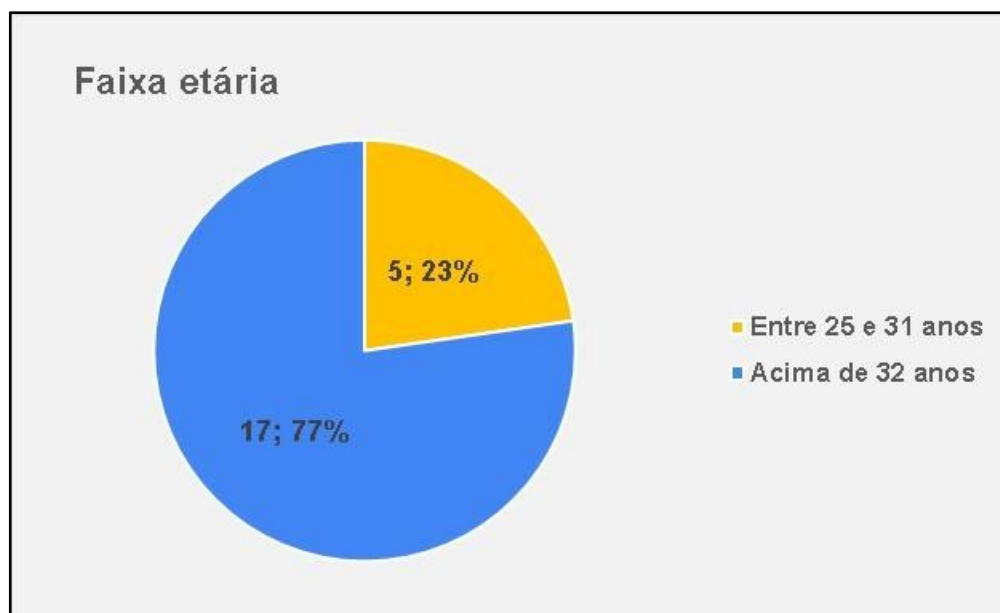


Gráfico 3– Faixa etária dos participantes
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Em relação à faixa etária, observa-se uma predominância de participantes com idade acima de 32 anos (77%), enquanto 23% estão na faixa entre 25 e 31

anos. Essa composição revela um público heterogêneo, no qual coexistem tanto indivíduos mais jovens, em fase de consolidação profissional, quanto participantes com maior maturidade pessoal e experiência acumulada.

Tal diversidade etária pode enriquecer a aplicação dos instrumentos de gestão financeira, uma vez que os mais jovens tendem a trazer dinamismo, abertura a novas práticas e facilidade de adaptação tecnológica, enquanto os mais experientes contribuem com vivências profissionais que ampliam a capacidade de tomada de decisão e a compreensão dos riscos e oportunidades financeiras (Assaf Neto, 2015).

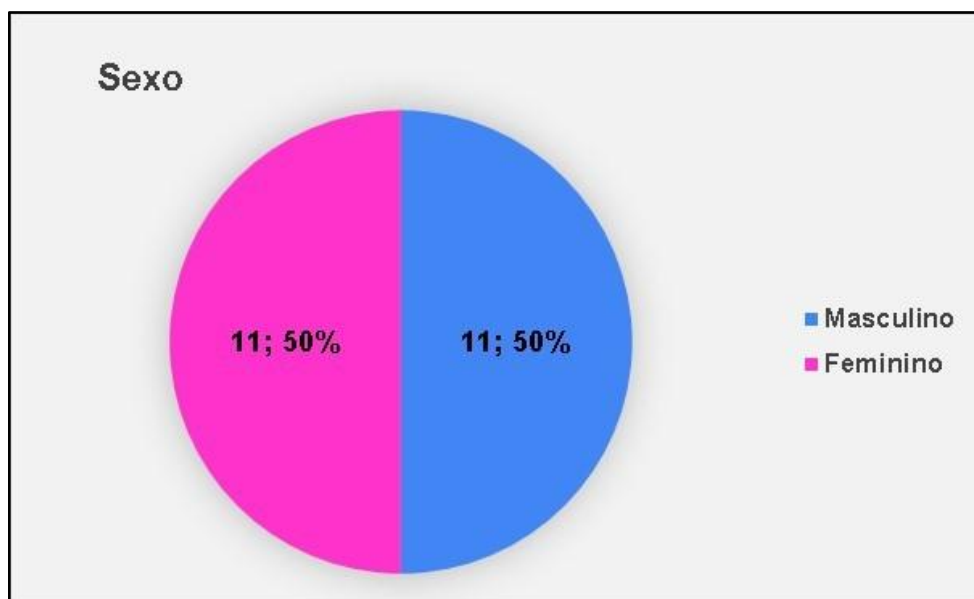


Gráfico 4– Análise da variável sexo
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

No tocante à variável sexo, observa-se uma distribuição equilibrada entre os participantes, sendo que 50% são do sexo masculino e 50% são do sexo feminino. Esse resultado evidencia um cenário de equilíbrio de gênero entre os participantes, sinalizando que tanto homens quanto mulheres têm ocupado, de forma cada vez mais equivalente, os espaços de gestão financeira. Essa distribuição reflete transformações sociais mais amplas, que promovem diversidade e igualdade de oportunidades nos diferentes contextos profissionais.

6.2 CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS E SUA UTILIZAÇÃO

A transição entre a aquisição teórica de competências em administração financeira e sua efetiva aplicação na gestão de negócios constitui um desafio complexo, considerado relevante no contexto de pequenos negócios.

Esta seção examina como os egressos do curso de administração da UNEB - Campus V aplicam, em sua prática gerencial, os conhecimentos financeiros construídos ao longo de sua formação acadêmica. Partindo do pressuposto de que a mera transmissão de conteúdo não garante sua assimilação prática conforme alertam Antonik e Cerbasi (2016), analisamos a relação entre aprendizagem formal e aplicabilidade real. Dessa forma, considerou-se o público que afirma ter administrado/administra um pequeno negócio.

Quadro 4– Conhecimentos e ferramentas financeiras adquiridos/utilizados pelos egressos de Administração.

Conhecimentos/ferramentas	Categorias					
	Adquiri/Aprendi/tive contato na UNEB.			Utilizo no pequeno negócio.		Não adquiri/aprendi/tive contato nem utilizo.
	De 1 a 11 dos conhecimentos	Todos os conhecimentos	Nenhum dos conhecimentos	De 1 a 11 dos conhecimentos	Todos os conhecimentos	Pelo menos um dos conhecimentos
1 - Gestão Financeira de pequenos negócios	14	6	2	18	4	5
2 - Elaboração do planejamento financeiro						
3- Educação Financeira para a Gestão de pequenos negócios						
4 - Fluxo de caixa						
5 - Gestão de contas a pagar e a receber						
6 - Livro caixa						
7 - Demonstração do resultado do exercício (DRE)						
8 - Cálculo do ponto de equilíbrio.						
9 - Gestão de custos						
10 - Cálculo da rentabilidade do investimento						
11 - Cálculo da lucratividade						
12 - Cálculo do payback						
TOTAL RESPONDENTES	22					

Fonte 1– Dados da pesquisa, 2025

O Quadro 4 apresenta os conhecimentos e ferramentas que os participantes adquiriram na UNEB e/ou passaram a utilizar em seus pequenos negócios. Observou-se que, 14 dos 22 respondentes declarou ter tido contato com, pelo

menos, um dos conhecimentos e ferramentas financeiras, enquanto 6 afirmaram ter visto todos e 2 afirmaram não ter visto nenhum dos conhecimentos e ferramenta na Universidade. Esse dado evidencia que, os pequenos gestores adotam métodos empíricos mesmo após um contato com a forma científica e técnica de realizar a gestão financeira, conforme discutido por De Gregori et al. (2023), que destacam a tendência de pequenos gestores adotarem métodos empíricos, mesmo após capacitação.

Em relação à aplicação prática, 18 dos 22 respondentes afirmam utilizar pelo menos um dos conhecimentos e ferramentas em seus pequenos negócios ou de terceiros, indicando que os egressos conseguem transpor parte do aprendizado acadêmico para a realidade empresarial, mas encontram barreiras para uma implementação mais completa, visto que apenas 4 relataram utilização de todos os instrumentos de Gestão Financeira. Este achado corrobora com os estudos de Rocha e Lima (2023) sobre os desafios na implementação de conceitos financeiros básicos, e com as observações De Gregori et al. (2023) sobre a persistência de métodos empíricos mesmo após capacitação formal.

Chama atenção, ainda, o fato de que dos 22 pesquisados, 5 afirmam não ter adquirido e nem utilizar, no negócio, pelo menos uma das ferramentas. Analisando as respostas dos respondentes do mesmo período de entrada, e que afirmaram terem visto o conteúdo, é mais provável que eles viram e não se lembram, tendo em vista que esses conhecimentos são abordados nos componentes de Gestão Financeira da universidade. Segundo Ausubel (2003), o esquecimento ocorre devido à perda espontânea da associação entre os novos significados adquiridos e as ideias ancoradas na estrutura cognitiva, reforçando que, se o conteúdo não estiver adequadamente relacionado com conhecimentos prévios ou contextos relevantes do aluno, a retenção será fraca, levando ao esquecimento.

Nesse sentido, questionou-se aos respondentes se eles aplicavam os conhecimentos financeiros nos pequenos negócios, conforme mostra o gráfico 5.

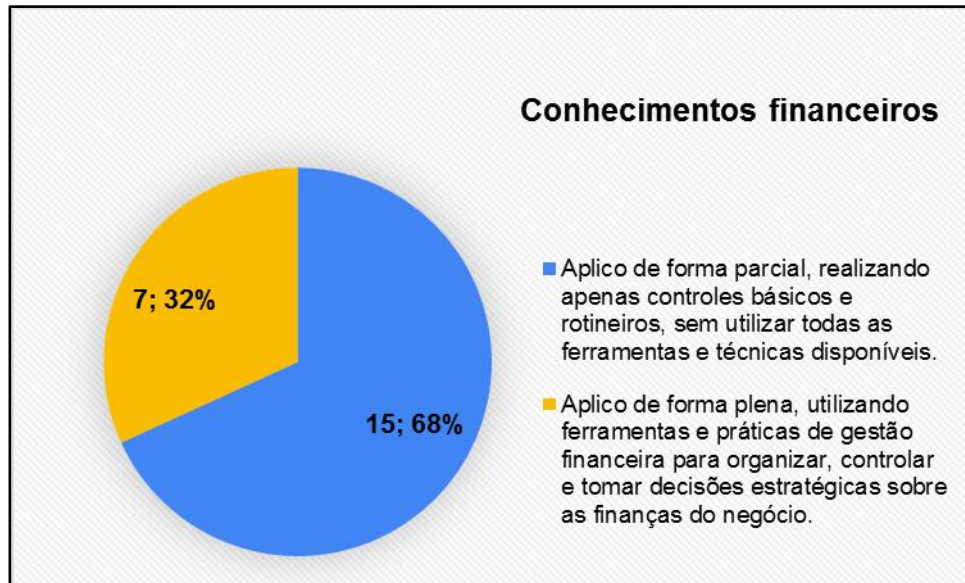


Gráfico 5– Conhecimentos financeiros aplicados pelos respondentes
 Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Os dados revelam que a maioria dos empreendedores (68%) aplicam de forma parcial os conhecimentos de gestão financeira, limitando-se a controles básicos e rotineiros, sem explorar todas as ferramentas disponíveis. Essa lacuna pode estar associada à dificuldade de aplicar conceitos teóricos na prática operacional, como apontado por De Gregori et al. (2023), ou à falta de familiaridade com instrumentos mais complexos, como a DRE e o cálculo de rentabilidade. A ausência dessas ferramentas pode comprometer a capacidade de tomada de decisões estratégicas, aumentando a vulnerabilidade do negócio a crises financeiras, conforme alertam Rocha e Lima (2023).

Por outro lado, 32% dos respondentes aplicam os conhecimentos de forma plena, utilizando ferramentas e práticas para organizar, controlar e tomar decisões estratégicas sobre suas finanças. Este resultado está alinhado com as recomendações de Gitman (2010) e SEBRAE (2025) que destacam a importância de uma gestão financeira estruturada para a sustentabilidade dos pequenos negócios. A adoção dessas práticas sugere que esses empreendedores estão mais preparados para enfrentar desafios financeiros, como inadimplência e variações de caixa, conforme discutido por Assaf Neto (2015). Nenhum dos pesquisados responderam que não utilizam os conhecimentos de gestão financeira na condução do negócio.

Nesse contexto, os dados mostram a realidade descrita por Assaf Neto (2015), onde a complexidade percebida das ferramentas financeiras atua como barreira à

sua adoção ou aprendizado integral. A predominância de controles parciais pode comprometer a capacidade de enfrentar crises e planejar o crescimento, conforme alerta Antonik (2016). Assim, ao analisar se os respondentes utilizam os conhecimentos em planejamento financeiro conforme apresentado no gráfico 6, observou-se o seguinte:

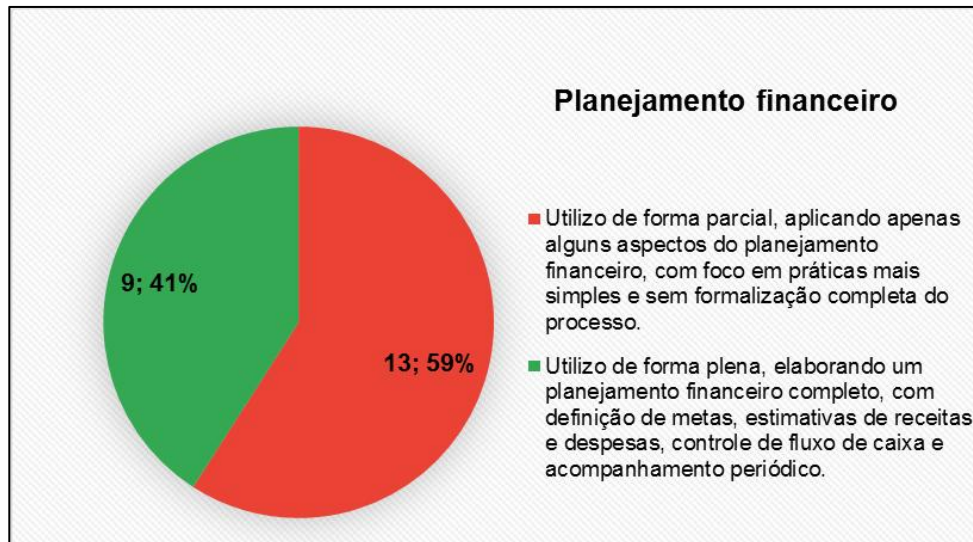


Gráfico 6–Utilização do conhecimento em planejamento financeiro

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Os dados revelam um cenário preocupante quanto à adoção de práticas de planejamento financeiro: 59% dos empreendedores não aplicam plenamente os conhecimentos/ferramentas do planejamento financeiro, utilizando controles básicos, enquanto apenas 41% utilizam ferramentas completas para decisões estratégicas. Essa realidade dialoga com os apontamentos de Oliveira (2012) e Machado (2008), que destacam a fragilidade das micro e pequenas empresas diante da ausência de um planejamento financeiro, evidenciando que a carência de instrumentos adequados de gestão constitui um fator recorrente de vulnerabilidade nesse segmento.

Já os 41% que aplicam o planejamento de forma plena demonstram alinhamento com as recomendações de Lemes Júnior et al. (2016), utilizando ferramentas como fluxo de caixa projetado e DRE para tomada de decisão. Contudo, evidencia a ausência de técnica entre os grupos. Nenhum dos respondentes informou que não aplica os conhecimentos relacionados ao planejamento financeiro na gestão do negócio.

Os resultados mostram que o desafio central não está na disponibilidade de conhecimento, mas em sua aplicabilidade prática. Como propõe o Guia do SEBRAE (2018), estratégias de educação financeira devem enfatizar casos reais e ferramentas simplificadas para converter o planejamento teórico em ação efetiva.

Nesse sentido, buscou-se entender a percepção dos participantes sobre a influência da educação financeira para os pequenos negócios, conforme mostra o gráfico 7.

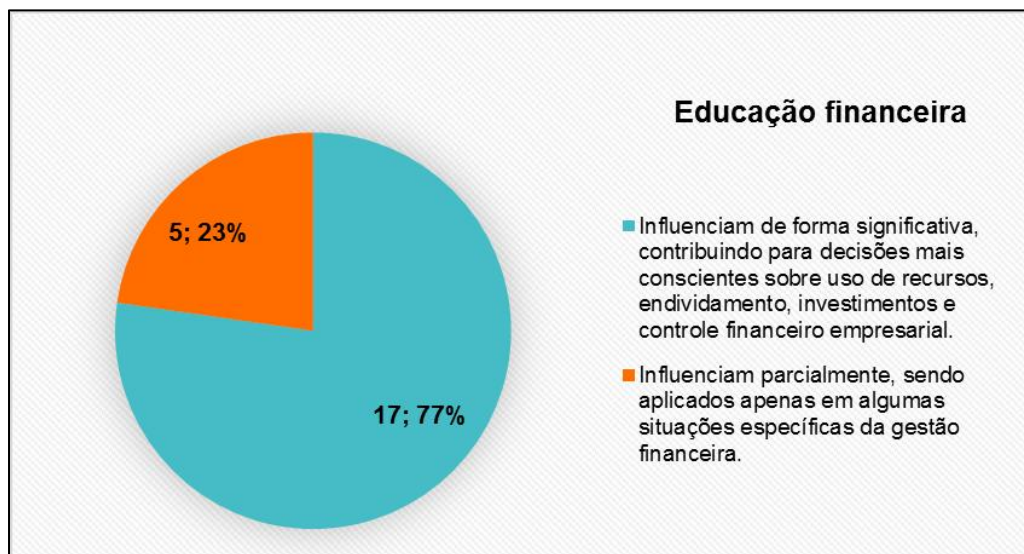


Gráfico 7– A influência da educação financeira na gestão de pequenos negócios
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Observa-se que 77% dos empreendedores reconhecem que os conhecimentos em educação financeira influenciam de forma significativa sua gestão, contribuindo para decisões mais conscientes sobre uso de recursos, investimentos e controle financeiro. Esse resultado alinha-se com as premissas do BACEN (2013), que destaca a educação financeira como processo transformador para tomada de decisões estratégicas, e corrobora com os achados de Cardoso (2021) sobre seu papel na sustentabilidade dos pequenos negócios.

Por outro lado, os 23% que aplicam esses conhecimentos apenas parcialmente, em situações específicas, revelam os desafios apontados por Rocha e Lima (2023) na consolidação de práticas financeiras abrangentes. Essa parcela pode estar relacionada à dificuldade de traduzir conceitos teóricos em ações cotidianas, conforme discutido por Hofmann e Moro (2012). Não houve respondentes que declarassem não utilizar os princípios de educação financeira na condução do negócio.

Desse modo, a predominância de influência significativa demonstra que a educação financeira vem se consolidando como ferramenta estratégica, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Contudo, a existência de 23% com aplicação parcial revela oportunidades para aprimoramento, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de metodologias mais práticas, como sugerido pelo SEBRAE (2025), que facilitem a transposição do conhecimento para a rotina gerencial.

Quando se analisou a percepção dos participantes quanto a utilização do controle de fluxo de caixa, obteve-se o seguinte:

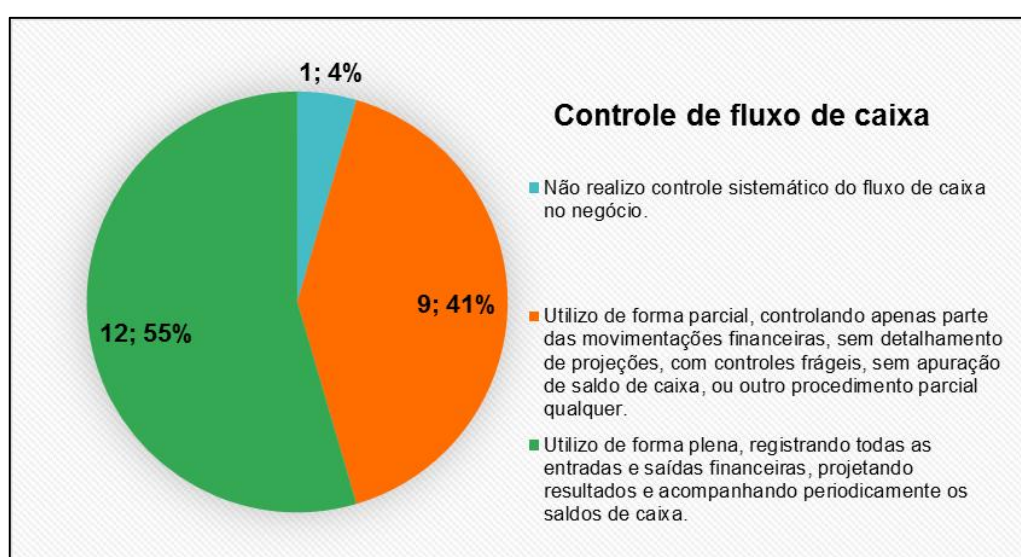


Gráfico 8—Percepção sobre a utilização do fluxo de caixa

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

A maioria dos empreendedores (55%) realizam o controle de fluxo de caixa de forma plena, registrando todas as entradas e saídas financeiras, projetando resultados e acompanhando periodicamente os saldos. Tal resultado corrobora com as recomendações de Assaf Neto (2015), que destaca o fluxo de caixa como ferramenta essencial para a saúde financeira das empresas, e corrobora com as orientações do SEBRAE (2013) sobre práticas gerenciais eficazes que a elaboração de um planejamento financeiro, o controle de custos e despesas, a definição de metas realistas, o acompanhamento contínuo dos resultados e a utilização de ferramentas de gestão que auxiliem na tomada de decisão estratégica.

Por outro lado, 41% dos respondentes aplicam o controle apenas parcialmente, limitando-se ao registro básico de algumas movimentações, sem o detalhamento necessário para uma gestão estratégica. Essa lacuna, conforme

discutido por Gitman (2010), compromete a capacidade de tomada de decisões informadas e o planejamento financeiro adequado.

No que diz respeito ao controle de contas a pagar, a análise revelou o seguinte:

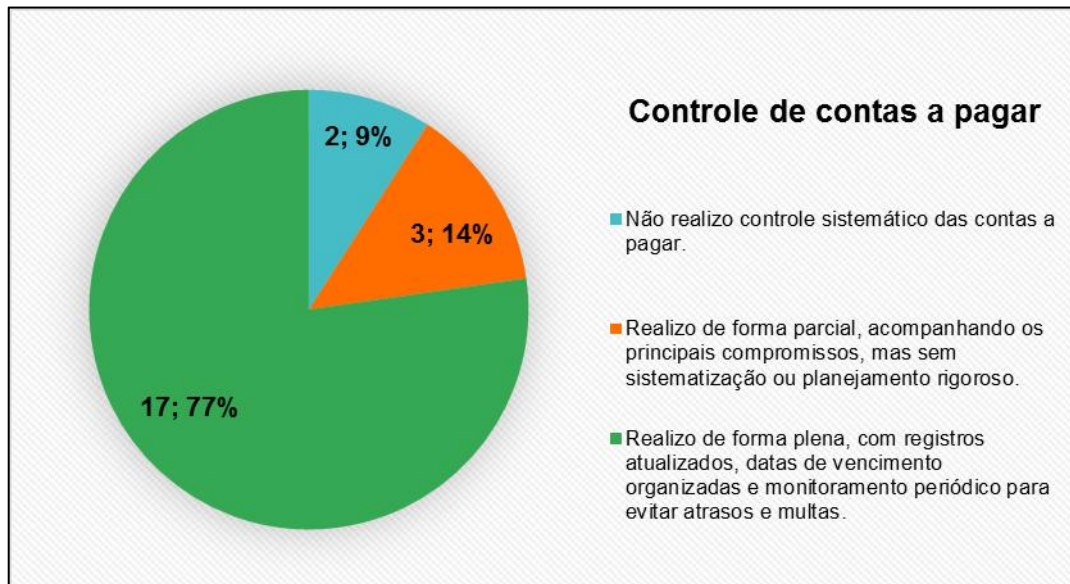


Gráfico 9– percepção sobre o controle de contas a pagar

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

De acordo com o gráfico 9, a maioria dos empreendedores (77%) realizam o controle de contas a pagar de forma plena, com registros atualizados, organização de vencimentos e monitoramento periódico. Esse resultado demonstra uma prática alinhada com as recomendações de Barbosa e Jackiu (2010), que destacam a importância de um controle rigoroso para manter a saúde financeira do negócio.

Outros 14%, que utilizam de forma parcial, acompanhando apenas os principais compromissos, reflete os desafios operacionais descritos por Attie (2010), mas ainda mantém um nível básico de organização financeira. O pequeno percentual sem qualquer controle sistemático (9%) revela um grupo que podem necessitar de maior atenção, conforme alerta Sá (2021) sobre os riscos da gestão informal no qual expõe as empresas a riscos como desorganização financeira, falta de controle sobre custos e despesas, dificuldade em identificar a lucratividade e maior vulnerabilidade a crises.

As distribuições desses dados mostram que, embora a maioria já adote boas práticas de gestão de contas a pagar, conforme preconizado pelo SEBRAE (2025) ainda há um percentual importante que merece atenção, especialmente no

desenvolvimento de estratégias que auxiliem esses empreendedores a avançarem de controles parciais para uma gestão mais completa e sistemática do seu negócio.

Quanto ao controle de contas a receber, os dados se apresentam da seguinte maneira:

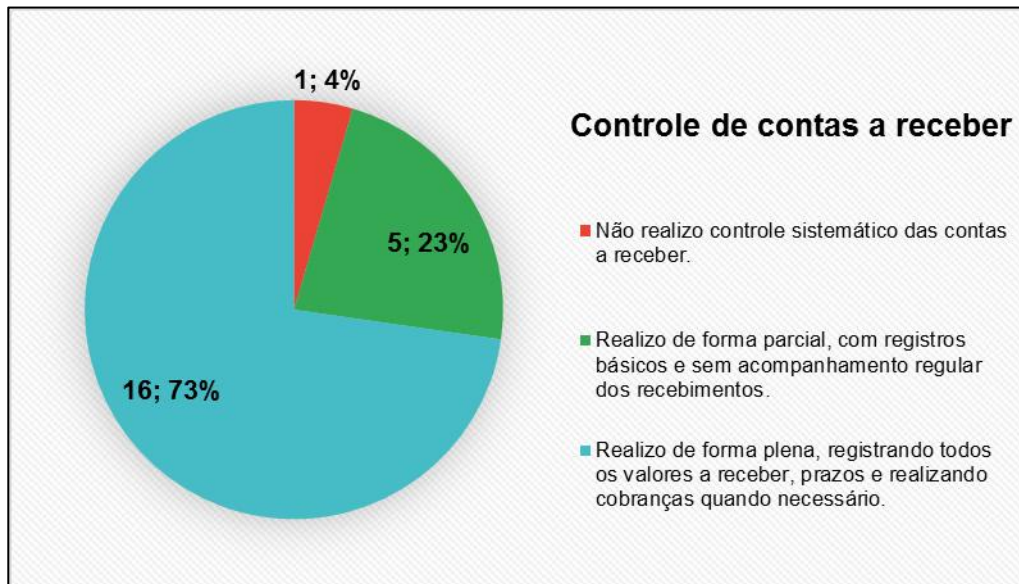


Gráfico 10– percepção sobre o controle de contas a receber

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Observa-se que maioria dos empreendedores 73% adotam práticas completas no controle de contas a receber, registrando valores, prazos e realizando cobranças sistemáticas, indo de encontro ao pensamento Santos (2010), que destaca a importância do acompanhamento rigoroso para evitar inadimplência e garantir liquidez. Por outro lado, há uma proporção dos que realizam controles parciais (23%) e os que não os efetua (4%) refletindo os desafios apontados por Varela (2022) na implementação de processos financeiros estruturados, principalmente em pequenos negócios que tem gestão simplificada.

A predominância de controles plenos sugere que os empreendedores reconhecem a necessidade de proteger o fluxo de caixa, conforme enfatizado pelo SEBRAE (2024). Contudo, os 27% que ainda não adotam práticas completas indicam oportunidades para capacitações que, seguindo as diretrizes de Cerbasi (2016), traduzam conceitos teóricos em ferramentas acessíveis, como planilhas ou aplicativos de gestão.

Ao comparar a percepção dos respondentes sobre contas a pagar e a receber, é possível notar-se uma predominância de práticas precisas no controle de contas a

pagar (77% com gestão plena), superando inclusive os índices de contas a receber (73%). Esse resultado sugere que os empreendedores demonstram maior atenção ao cumprimento de suas obrigações financeiras e ao relacionamento com fornecedores, aspecto enfatizado por Barbosa e Jackiu (2010), que destacam a relevância estratégica da pontualidade nos pagamentos para evitar multas, juros e perda de credibilidade, além de contribuir para a manutenção de boas relações comerciais.

O gráfico 11 analisou se os respondentes utilizam o livro caixa na gestão de seus pequenos negócios.

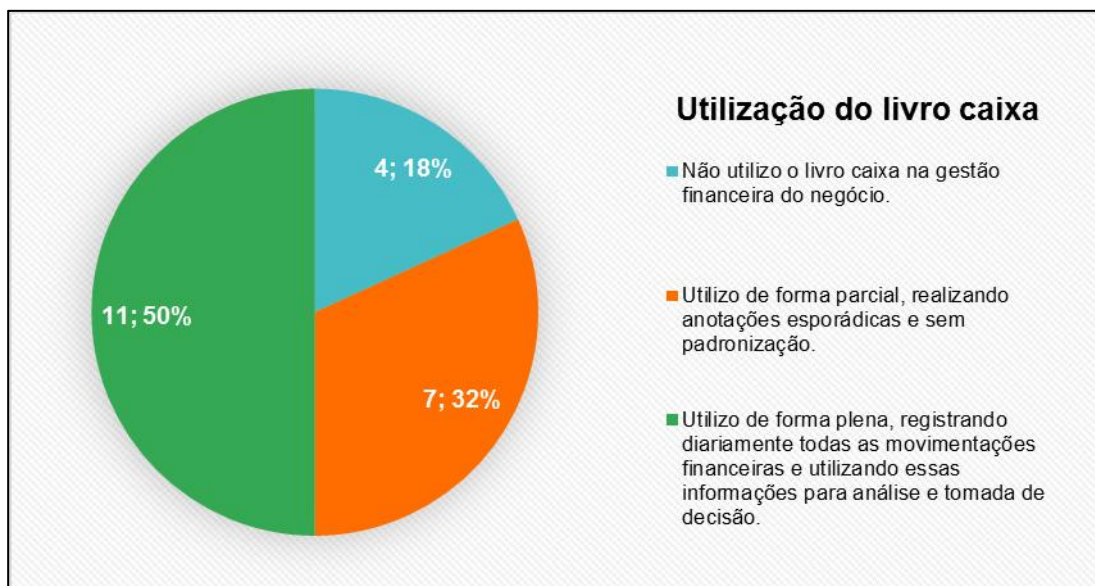


Gráfico 11– Utilização do livro caixa por parte dos pesquisados
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Os dados mostram que a metade dos respondentes (50%) declaram utilizá-lo de forma plena, registrando diariamente as movimentações financeiras e recorrendo a esses dados como base para decisões gerenciais. Outros 32% fazem uso parcial, com anotações esporádicas e sem padronização, enquanto que uma parcela menor (18%) admite não utilizar esse instrumento na gestão do negócio.

Nesse contexto, a quantidade de indivíduos que fazem uso adequado do livro caixa demonstra uma consciência sobre a importância do controle financeiro sistematizado, alinhada às contribuições de Gitman (2010) e Araújo; Assaf Neto (2015), que ressaltam o papel da informação contábil na tomada de decisão e na sustentabilidade das empresas. Por outro lado, a presença significativa de práticas parciais ou a ausência total do controle revela fragilidades na gestão, já apontadas

por Chiavenato (2014), que enfatiza que a falta de planejamento e de controle financeiro pode comprometer a continuidade do negócio.

Ao compararmos esse resultado com os dados do gráfico 1 já analisado anteriormente, em que 42% dos respondentes afirmaram já terem administrado pequenos negócios próprios ou de terceiros, percebe-se uma divergência visto que, embora uma boa parcela possua experiência administrativa, nem todos adotam práticas de controle financeiro estruturada. Essa inconformidade pode indicar limitações no acesso a conhecimento técnico ou resistência à formalização de processos, elementos que são amplamente discutidos no campo da administração de micro e pequenas empresas (Grecco; Geron; Formigoni, 2014).

Em termos práticos, observa-se metade dos participantes demonstra maturidade gerencial ao utilizar o livro caixa de forma sistemática, transformando informações financeiras em subsídio para decisões estratégicas. Nesse contexto, buscando entender melhor a percepção dos pesquisados a respeito das ferramentas utilizadas, questionou-se ainda se eles utilizam a demonstração de resultado do exercício na gestão do seu pequeno negócio.

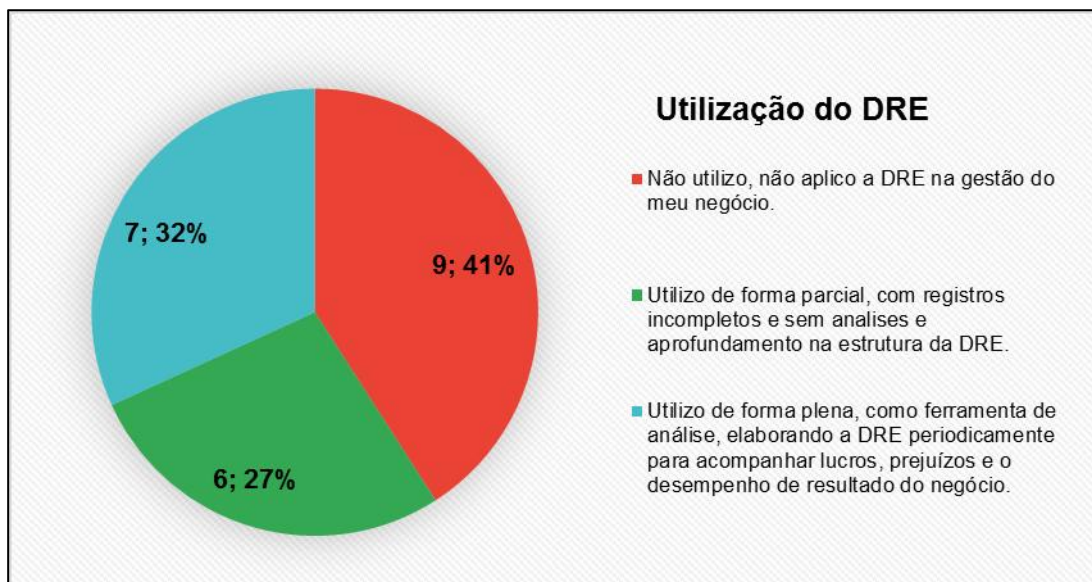


Gráfico 12– Percepção dos pesquisados quanto a utilização da ferramenta DRE

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Os dados revelam uma baixa na aplicação desta ferramenta gerencial, pois apenas 32% dos empreendedores utilizam a DRE de forma plena, elaborando-a periodicamente para análise de resultados, conforme proposto por Pereira (2017) e Padoveze (2017). Outro grupo de 27% aplica de forma parcial, com registros

incompletos que limitam sua utilidade para tomada de decisões, enquanto 41% não a utilizam em sua gestão.

Esse cenário evidencia um distanciamento entre a prática administrativa e o que a literatura aponta como essencial para a sustentabilidade financeira dos negócios. Considerando que a utilização parcial da DRE compromete sua eficácia, é possível afirmar que 68% dos empreendedores, de fato, não a utilizam em sua gestão, porque o uso parcial equivale à ausência de uso. Essa ausência limita a capacidade de avaliação do desempenho econômico da empresa, dificultando a identificação de lucros, prejuízos e margens de rentabilidade, elementos fundamentais para o planejamento (Padoveze, 2017). Tal resultado reforça as fragilidades na gestão financeira de pequenos negócios, já destacadas por Chiavenato (2014), que ressalta a importância do controle sistemático para a continuidade empresarial.

Quando correlacionamos esses dados ao perfil dos participantes, que em sua totalidade já administraram ou administram pequenos negócios, emerge uma contradição, do qual embora possuam experiência prática, muitos ainda não aplicam instrumentos contábeis e financeiros com o rigor recomendado pela teoria. Essa lacuna pode estar associada à carência de capacitação técnica, ao excesso de informalidade ou à percepção de que tais ferramentas não são imprescindíveis em empreendimentos de menor porte, realidade destacada por Grecco, Geron e Formigoni (2014) no contexto do empreendedorismo brasileiro.

Embora os empreendedores afirmem conhecer a DRE e terem aprendido a utilizá-la, os dados mostram que apenas 32% a aplicam de forma plena. Dessa forma, a maioria não utiliza corretamente essa ferramenta gerencial, configurando uma prática desalinhada com as recomendações teóricas. Isso evidencia a necessidade de aproximar a prática cotidiana dos pequenos negócios das orientações da literatura, destacando a DRE não apenas como uma obrigação contábil, mas como um instrumento estratégico para a tomada de decisões e fortalecimento da gestão financeira (Martins; Miranda; Diniz, 2014; Mota, 2017).

Entendendo-se nesse contexto a importância da utilização do DRE, buscamos entender se os participantes fazem o cálculo do ponto de equilíbrio no empreendimento.

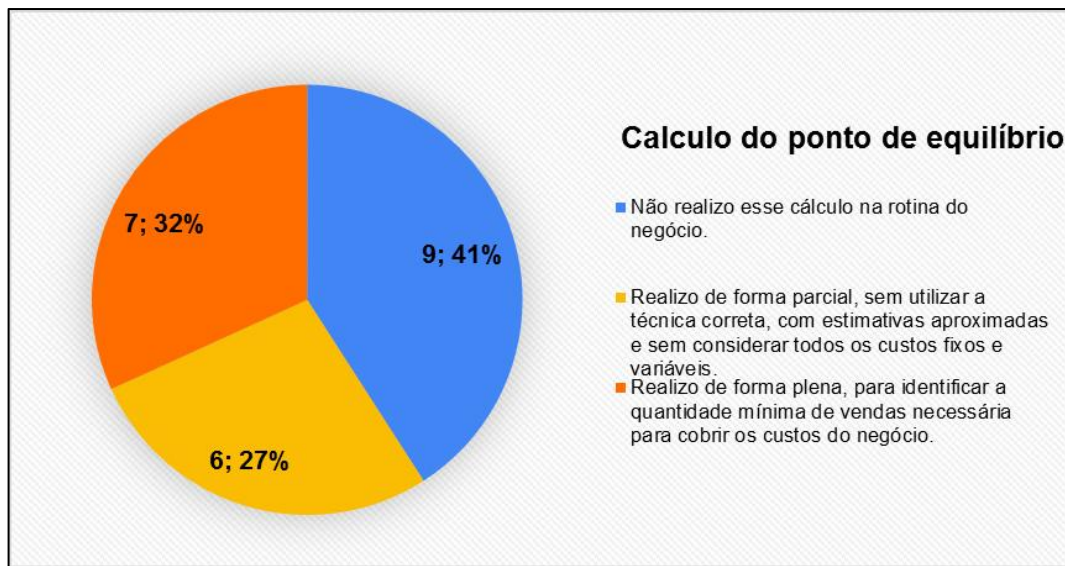


Gráfico 13– Aplicação do cálculo de ponto de equilíbrio no pequeno negócio
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

O gráfico 13, tem por objetivo entender se os respondentes realizam o cálculo do ponto de equilíbrio na gestão financeira do negócio. Os dados evidenciam que 41% dos empreendedores não realizam o cálculo do ponto de equilíbrio, enquanto 27% o fazem de forma parcial, sem considerar todos os custos fixos e variáveis. Apenas 32% afirmam aplicar de forma plena a técnica, utilizando-a como ferramenta de apoio à gestão financeira.

Esse resultado demonstra uma fragilidade importante no processo de gestão, visto que o cálculo do ponto de equilíbrio é fundamental para identificar o volume mínimo de vendas necessário para a cobertura dos custos, conforme destacam Padoveze (2017) e Pereira (2017). A ausência ou a baixa adesão dessa prática na maioria dos negócios revela um distanciamento entre a experiência prática dos gestores e a aplicação de instrumentos técnicos que possibilitam decisões mais seguras.

Observa-se, ainda, que alguns dos gestores que elaboram o cálculo do ponto de equilíbrio de forma plena também realizam a DRE de maneira completa, o que demonstra uma apuração mais precisa dos custos fixos e variáveis. O mesmo padrão se repete entre aqueles que utilizam esses instrumentos de forma parcial ou que não os aplicam.

Quando relacionamos esses dados com as análises anteriores, nota-se um padrão: embora todos os participantes já tenham administrado pequenos negócios,

parte significativa não faz uso estruturado de ferramentas essenciais. O mesmo cenário foi observado no uso da DRE, em que 68% não a utilizam de forma plena, e no livro caixa, onde 53% ainda registram informações de maneira parcial ou não registram.

Esses resultados evidenciam que os administradores que utilizam o ponto de equilíbrio de forma parcial não estão aplicando corretamente a teoria aprendida na universidade, uma vez que deixam de considerar todos os elementos necessários para o cálculo. Essa inadequação compromete a eficácia da ferramenta como apoio à gestão financeira, distanciando a prática daquilo que é recomendado pela literatura (Marion, 2009; Ribeiro, 2017; Lima; Venzon, 2024). Nesse sentido, faz-se importante entender se os respondentes fazem o controle e a gestão de custos de seus negócios, conforme demonstra o gráfico 14.

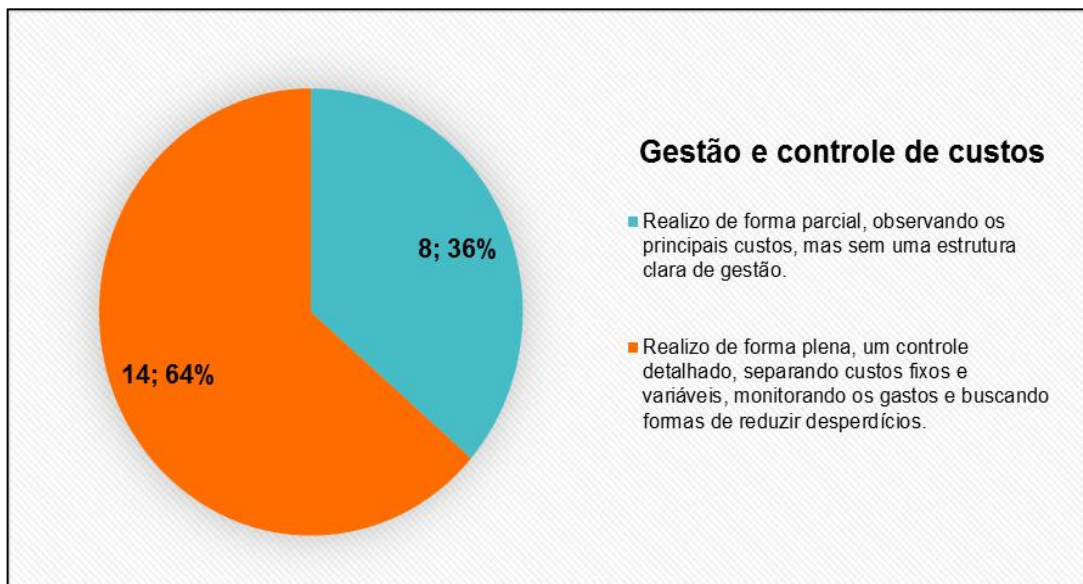


Gráfico 14—Aplicabilidade do controle e gestão de custos

Fonte: Dados da pesquisa, 2025

O gráfico mostra que 64% dos empreendedores realizam o controle e a gestão de custos de forma plena, separando custos fixos e variáveis, monitorando despesas e buscando reduzir desperdícios. Já 36% realizam esse controle de forma parcial, sem uma estrutura gerencial definida, limitando-se apenas à observação dos principais gastos. Não houve nenhum respondente que afirmasse não realizar um controle específico dos custos do negócio.

Esse resultado é positivo quando comparado a outros instrumentos analisados (Livro Caixa, DRE e Ponto de Equilíbrio), pois indica que a maioria dos gestores reconhece a importância de um controle sistemático dos custos, aspecto

considerado fundamental para a sobrevivência dos negócios, conforme Padoveze (2017). A gestão detalhada de custos permite não apenas identificar gastos excessivos, mas também fundamentar estratégias de precificação e aumentar a eficiência operacional (Pereira, 2017).

Por outro lado, a parcela que ainda realiza esse processo de forma parcial reforça um padrão já identificado nos demais indicadores: muitos pesquisados, apesar de terem experiência prática na administração de negócios, não aplicam integralmente as ferramentas de gestão financeira. Essa inconsistência dialoga com Chiavenato (2014), que ressalta que a ausência de planejamento e de controle estruturado fragiliza a tomada de decisão e pode comprometer a competitividade empresarial.

Nesse sentido, buscou-se entender se os pesquisados utilizam o cálculo da rentabilidade no pequeno negócio.

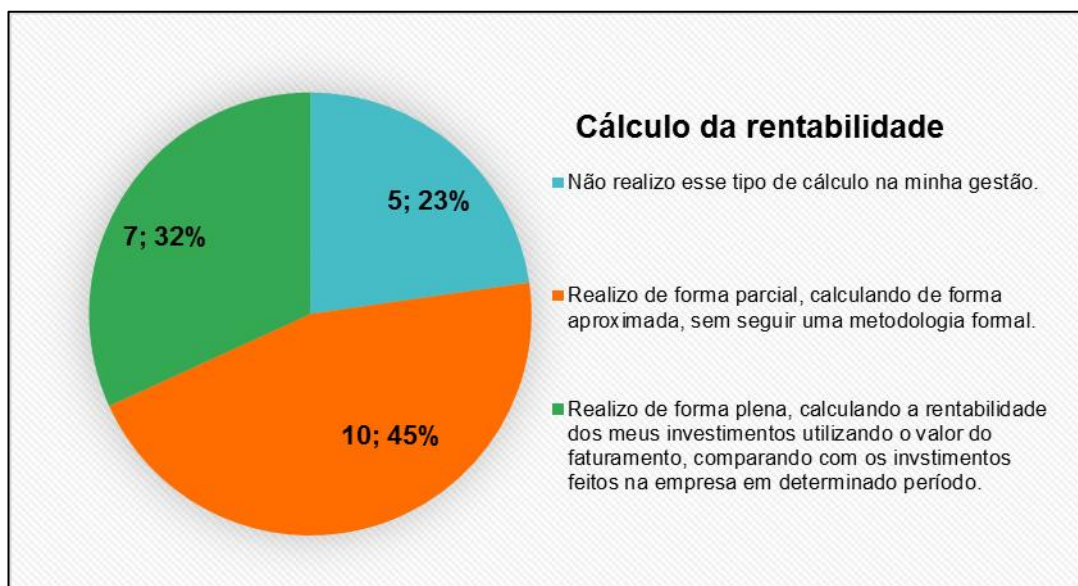


Gráfico 15– Utilização do cálculo da rentabilidade
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Quanto a questão do cálculo da rentabilidade, o gráfico 15 revela que 47% dos respondentes realizam o cálculo da rentabilidade de forma parcial, utilizando métodos aproximados e sem seguir uma metodologia formal. Outros 32% aplicam o cálculo de forma plena, avaliando a relação entre faturamento e investimentos em períodos determinados, enquanto que 23% não realizam esse tipo de cálculo na gestão do pequeno negócio. Observa-se que parte dos que calculam a rentabilidade de forma plena são os mesmos que elaboram a DRE de maneira completa, o que demonstra uma prática mais consistente no uso das ferramentas de gestão. No

entanto, é importante destacar que o cálculo parcial da rentabilidade, por não considerar todos os elementos necessários, equivale à ausência de cálculo, já que não fornece informações confiáveis para apoiar a tomada de decisões.

A literatura enfatiza que esse cálculo é essencial para medir a eficiência dos investimentos e apoiar decisões estratégicas, como expansão ou redirecionamento de recursos (Padoveze, 2017; Pereira, 2017).

A predominância de práticas parciais ou inexistentes revela, mais uma vez, a distância entre a experiência prática dos participantes e a aplicação rigorosa dos instrumentos financeiros. Esse padrão já havia sido identificado em outros indicadores, como na DRE, em que 68% não a utilizam corretamente e no ponto de equilíbrio, onde 68% também não realizam o cálculo ou o fazem de maneira incompleta. Assim, reforça-se a tendência de uma gestão com ausência de técnica.

Esses resultados mostram que parte dos respondentes até reconhecem a importância de analisar a rentabilidade, mas a faz de forma intuitiva, sem metodologia consistente. Essa postura pode limitar a capacidade de mensurar a real eficiência dos investimentos e comprometer o planejamento futuro (Navarro, Silva, Parisi et al., 2013). Por outro lado, a parcela que aplica o cálculo de forma plena demonstra maior maturidade gerencial, alinhando sua prática ao que defende a teoria da administração financeira (Assaf Neto, 2015), essa linha de pensamento, questionou-se aos participantes se eles realizavam o cálculo da lucratividade no pequeno negócio e o gráfico 16, mostra a percepção deles sobre essa questão.

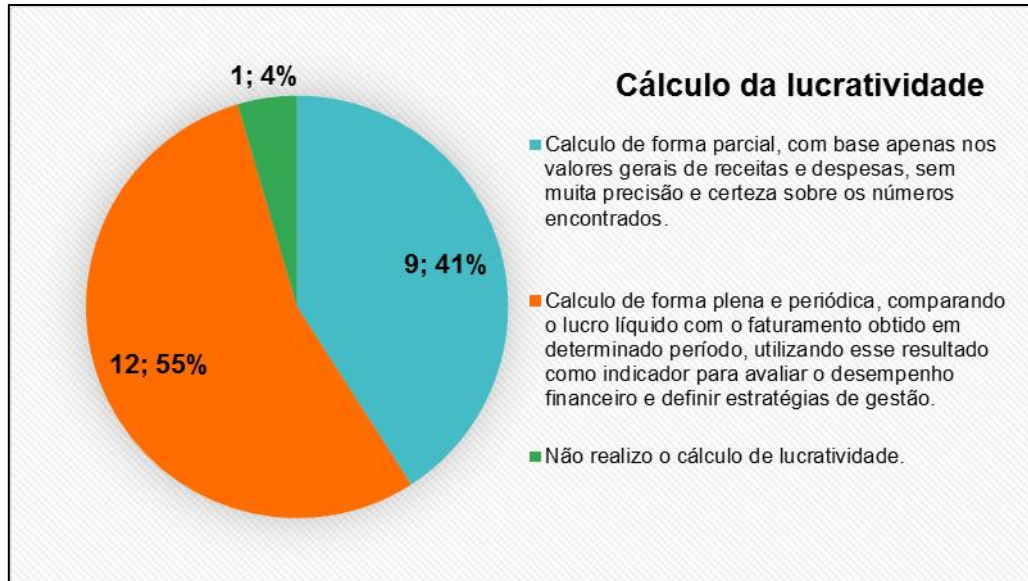


Gráfico 16– Percepção das respondentes sobre o cálculo da lucratividade
 Fonte: Dados da pesquisa, 2025

De acordo com os dados do gráfico 16, 55% dos empreendedores afirmam realizar o cálculo da lucratividade de forma plena e periódica, comparando o lucro líquido com o faturamento em determinado período e utilizando esse indicador como apoio para decisões estratégicas. Já 41% afirmam fazer esse cálculo de forma parcial, baseando-se apenas em valores gerais de receitas e despesas, sem precisão e sistematização. Esses dados revelam uma inconsistência em relação à DRE, pois para se apurar a lucratividade é necessário elaborar corretamente essa demonstração. No entanto, apenas 7 respondentes afirmaram utilizar a DRE de forma plena, enquanto 12 declararam calcular a lucratividade. Isso indica que 5 respondentes possivelmente realizam esse cálculo de maneira incorreta ou sem o devido embasamento.

Já a parcela de 41% que ainda realiza cálculos apenas aproximados reforça a tendência, já observada em outros aspectos da gestão, de práticas marcadas pela informalidade. Essa postura se alinha ao que Chiavenato (2014) descreve como fragilidade da gestão em pequenos negócios, quando a intuição e a experiência prática predominam sobre o uso sistematizado das ferramentas contábeis e financeiras.

Esse resultado mostra um cenário relativamente negativo, pois a maioria dos participantes não realiza o cálculo da lucratividade de forma precisa, prejudicando o desempenho e sustentabilidade do negócio. Conforme Padoveze (2017), a

lucratividade é um dos principais indicadores para avaliar a viabilidade e eficiência de uma empresa, auxiliando na definição de estratégias de crescimento.

Ressalta-se que apenas uma pequena parcela dos pesquisados demonstra maturidade ao monitorar de forma consistente a lucratividade, aproximando teoria e prática na gestão financeira. A maioria, entretanto, ainda se apoia em estimativas, o que pode limitar a clareza sobre os reais resultados obtidos. Dentro desse contexto, questionou-se aos participantes se eles utilizam o payback para avaliar o tempo de retorno dos investimentos no seu negócio e os dados estão presentes no gráfico 17.

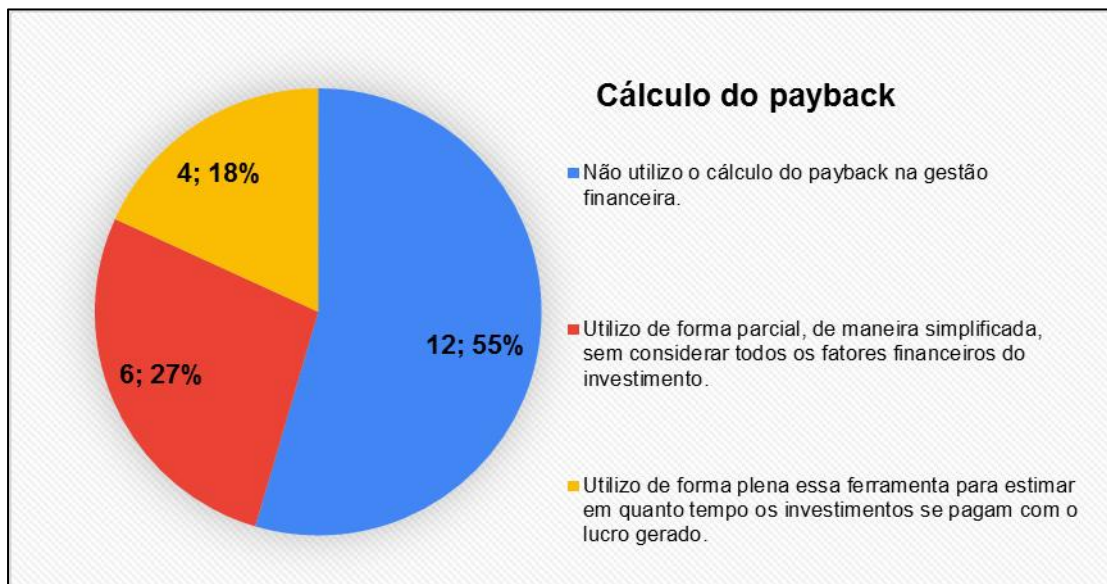


Gráfico 17– percepção sobre o cálculo do playback
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Observa-se que 55% dos empreendedores não utilizam o cálculo do payback em sua gestão financeira, enquanto 27% o aplicam de forma parcial, de maneira simplificada e sem considerar todos os fatores financeiros do investimento. Apenas 18% realizam o cálculo de forma plena, utilizando-o para estimar em quanto tempo os investimentos retornam em forma de lucro.

Esse resultado evidencia que a maioria dos gestores não faz uso dessa ferramenta, o que limita a capacidade de avaliar o tempo de retorno dos investimentos realizados. A literatura ressalta que o cálculo do payback é fundamental para mensurar a viabilidade e o risco de novos aportes financeiros, fornecendo suporte às decisões estratégicas (Hoji, 2010; Padoveze, 2017; Pereira, 2017; Alves, 2019).

Dos quatro respondentes que utilizam o Payback de forma plena, apenas dois também elaboram a DRE de maneira completa, enquanto os outros dois a aplicam de forma parcial. Isso evidencia que, nesses últimos casos, o cálculo do retorno do investimento é realizado de forma incorreta, uma vez que a apuração parcial da DRE compromete a confiabilidade do resultado. Entre os seis que afirmaram utilizar o Payback de forma parcial, três elaboram a DRE plenamente. Nesse caso, embora possuam as informações necessárias para realizar o cálculo correto, não aplicam o método de maneira adequada. Já os demais utilizam a DRE de maneira incompleta ou sequer a utilizam, o que limita tanto a precisão do cálculo quanto a base informacional necessária.

Embora alguns empreendedores já utilizem a ferramenta de forma adequada, observa-se que a maioria não mensura de maneira clara o retorno de seus investimentos. Essa limitação revela fragilidades no uso de técnicas financeiras capazes de reduzir riscos e apoiar decisões estratégicas, comprometendo, assim, a sustentabilidade dos empreendimentos (Sigahi; Moraes, 2017).

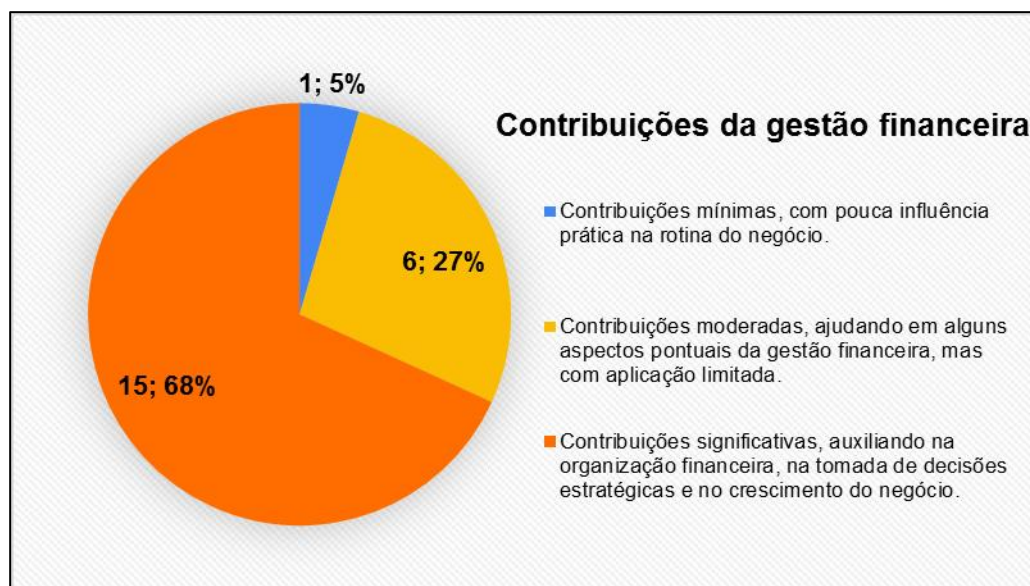


Gráfico 18—Percepção quanto as contribuições da gestão financeira
Fonte: Dados da pesquisa, 2025

Os dados do gráfico evidenciam que 68% dos empreendedores percebem a gestão financeira como tendo contribuições significativas, auxiliando diretamente na organização, na tomada de decisões estratégicas e no crescimento do negócio. Outros 27% consideram as contribuições moderadas, aplicadas apenas em aspectos pontuais da gestão, enquanto apenas 5% avaliam as contribuições como mínimas, com pouca influência prática na rotina.

Esse resultado demonstra que, embora a maioria reconheça a importância da gestão financeira para a sustentabilidade do empreendimento, muitos não utilizam corretamente as ferramentas disponíveis, revelando uma contradição entre o conhecimento da relevância e a prática efetiva. Tal percepção vai ao encontro de Padoveze (2017) e Gitman (2004), que destacam a gestão financeira como instrumento essencial para estruturar processos de decisão, minimizar riscos e alavancar a competitividade empresarial.

Ainda que muitos respondentes reconheçam a importância e as contribuições significativas da Gestão Financeira, um percentual significativo não utiliza corretamente. Destes pesquisados, somente 9% responderam utilizar da forma correta todos os conhecimentos de gestão financeira, adotando as melhores práticas para o seu negócio. Esse fator reforça o apontamento de Chiavenato (2014), ao afirmar que a profissionalização da administração é um caminho necessário para a consolidação de empresas em ambientes de mercado cada vez mais competitivos.

De maneira geral, os resultados dos gráficos revelam contradições: embora os empreendedores reconheçam a importância da gestão financeira, a aplicação prática de instrumentos técnicos ainda é restrita. Esse descompasso evidencia a necessidade de transformar o conhecimento teórico em ação concreta, de modo a ampliar a eficiência da gestão, reduzir riscos e assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos analisados (Rocha; Lima, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tem como objetivo investigar como os conhecimentos em administração financeira adquiridos pelos egressos do curso de administração da UNEB-DCH Campus V, são aplicados na gestão de pequenos negócios, sob as hipóteses de que:

(H1) os egressos não aplicam os conhecimentos em administração financeira adquiridos na UNEB na gestão de pequenos negócios;

(H2) os egressos aplicam totalmente os conhecimentos em administração financeira adquiridos na UNEB na gestão de pequenos negócios; e

(H3) os egressos aplicam de forma parcial os conhecimentos em administração financeira adquiridos na UNEB na gestão de pequenos negócios.

Os resultados obtidos permitem oferecer uma resposta ao problema de pesquisa, que busca compreender como tais conhecimentos são efetivamente aplicados na prática gerencial do pequeno negócio.

No que se refere às hipóteses levantadas, os dados coletados refutam a hipótese 1, que previa a não aplicação dos conhecimentos, visto que todos os 22 egressos que compuseram a amostra final afirmaram utilizar, em algum grau, os conhecimentos adquiridos e as ferramentas financeiras trabalhadas durante o curso de Administração na UNEB – Campus V. Da mesma forma, os resultados não corroboram totalmente a hipótese 2, que previa a aplicação integral dos conhecimentos financeiros na gestão dos negócios administrados pelos egressos, isso porque apenas 18% declararam utilizar tais conhecimentos e ferramentas, sendo que apenas metade destes confirmaram fazê-lo de forma completa e sistemática, conforme demonstrado nas respostas específicas sobre o uso individual de cada ferramenta.

Em termos proporcionais, observa-se que menos de 10% da amostra total aplicam integralmente os conhecimentos financeiros adquiridos na universidade na gestão dos pequenos negócios. Esse dado evidencia uma lacuna significativa entre a formação teórica e a sua efetiva aplicação no cotidiano empresarial. A hipótese 3 também não se confirma, pois, embora represente a maioria dos participantes da amostra, não abrange a totalidade dos respondentes. A pesquisa evidenciou que 82% dos egressos utilizam os conhecimentos financeiros de forma parcial,

concentrando-se em controles operacionais básicos, como fluxo de caixa e gestão de contas a pagar e a receber, em detrimento de ferramentas estratégicas como DRE, ponto de equilíbrio, payback e cálculos de rentabilidade.

Em relação ao objetivo geral deste estudo, que consiste em analisar de que forma os conhecimentos em Administração Financeira adquiridos pelos egressos do curso de Administração da UNEB - Campus V, são aplicados na gestão de pequenos negócios, a pesquisa demonstrou que esses conhecimentos na sua maioria são aplicados de forma parcial, com utilização mais significativa das ferramentas de controle financeiro.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa identificou quais conhecimentos em administração financeira são necessários e aplicáveis na gestão dos pequenos negócios, conforme evidenciado no referencial teórico, os principais conhecimentos são: Gestão Financeira de pequenos negócios, elaboração do planejamento financeiro, educação financeira para a gestão de pequenos negócios, fluxo de caixa, gestão de contas a pagar e a receber, livro caixa, demonstração do resultado do exercício, cálculo do ponto de equilíbrio, gestão de custos, cálculo da rentabilidade do investimento, cálculo da lucratividade e cálculo do payback.

O segundo objetivo buscou verificar quais conhecimentos estão sendo utilizados pelos egressos e em que medida essa utilização é feita, sendo alcançado através da análise dos resultados. Nesta análise, constatou-se que os conhecimentos mais utilizados pelos egressos se concentram nas práticas de controle financeiro, como fluxo de caixa, gestão de contas a pagar e a receber, livro caixa e gestão de custos. Já os instrumentos de caráter mais estratégico, voltados à definição de objetivos de planejamento financeiro, como lucratividade, payback, rentabilidade, DRE e ponto de equilíbrio, apresentam menor grau de utilização.

O terceiro objetivo buscou analisar como os conhecimentos adquiridos pelos egressos são utilizados na gestão dos pequenos negócios e quais as contribuições desses conhecimentos para melhoria dessa gestão. Os resultados evidenciam que os conhecimentos adquiridos pelos egressos são aplicados, em sua maioria, de forma parcial, sem corresponder plenamente ao que foi abordado durante a formação universitária. Embora reconheçam que esses conteúdos foram trabalhados na Universidade e admitam a importância de sua aplicação para a gestão financeira,

tal reconhecimento não se traduz em uma utilização efetiva e completa na prática dos pequenos negócios.

Quanto à medida de utilização, os resultados demonstram uma hierarquia na adoção das ferramentas. Ferramentas de uso de controle de finanças de curto prazo, de uso diário, apresentam maiores índices de aplicação plena (controle de contas a pagar: 77%; fluxo de caixa: 55%). Em contrapartida, instrumentos de cunho mais analítico e estratégico, que exigem planejamento de longo prazo, capacidade de análise aprofundada e suporte a decisões mais estratégicas longe do tático e operacional, são poucos utilizados ou ignorados (DRE: 68% não usam plenamente; payback: 55% não utilizam; ponto de equilíbrio: 68% não calculam ou o fazem parcialmente). Utilizar as ferramentas apenas de forma parcial revela fragilidade semelhante à não utilização, comprometendo sua real contribuição para a gestão.

A análise sobre como os conhecimentos são utilizados e suas contribuições revela uma realidade contraditória. Apesar de 95% dos egressos afirmarem que a gestão financeira contribui de forma significativa ou moderada para o crescimento da organização e para a tomada de decisões estratégicas, somente 18% afirmam utilizar integralmente esses conhecimentos, e, destes, apenas metade o fazem de maneira plena. Isso indica que o reconhecimento da importância não se traduz, na prática, em um uso integral das ferramentas. A baixa adoção de ferramentas estratégicas limita a contribuição para uma gestão mais proativa, orientada para o crescimento sustentável e para a competitividade.

Conclui-se, portanto, que a formação em Administração Financeira fornece aos egressos uma base conceitual e teórica que é valorizada e pouco aplicada.

Como limitação da pesquisa, destaca-se a necessidade de um aprofundamento nas razões pelas quais alguns respondentes, mesmo conhecendo os instrumentos de gestão financeira e entendendo a sua importância e capacidade de contribuir para melhor resultado na gestão, não os utilizam de forma correta.

Esta pesquisa recomenda, como encaminhamento prático, que o curso de Administração da UNEB – Campus V utilize estudos como este para avaliar continuamente os fatores que levam os egressos a não aplicarem plenamente os conhecimentos financeiros adquiridos. Sugere-se, ainda, que a instituição incentive novas pesquisas que aprofundem as razões dessa lacuna, considerando que os

egressos têm acesso às informações, reconhecem sua importância, mas ainda demonstram um distanciamento significativo entre a teoria e a prática efetiva desses conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C.; SILVA, R. O. **A importância da educação financeira para asustentabilidade de pequenos negócios**. Proceedings of the International Conference on Economics, Business and Management (ICEBM), 2022.

ALVES, Lucca Henrique Benigno Martins. **Análise de viabilidade econômico-financeira e de risco da produção de culturas frutíferas no município de Macaíba/RN**. 2019.

ANTONIK, R. A. **Gestão financeira para micro e pequenas empresas** [em linha]. 2016.

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio; NETO, Alexandre ASSAF. **Finanças empresariais e a contabilidade**. FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão, v. 7, n. 3, 2010.

ARDUIN, Anderson; SCHAFF, Lyara. **Educação Financeira nas Empresas: Um Estudo de Caso na Cidade de Palmas**. Revista Brasileira de Finanças, v. 14, n. 2, p. 97-115, 2019.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque Econômico-Financeiro**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

ATTIE, William. Auditoria – **Conceitos e Aplicações**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

AUSUBEL, David P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2003. Tradução de: *The Acquisition and Retention of Knowledge: A Cognitive View*. Disponível em: [Ausubel 2000 Aquisicao e retencao de conhecimentos.pdf](#)

BACEN. **Educação Financeira e Inclusão Financeira: conceitos e inter-relações**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013.

BARBOSA, A. L, J; JACKIU, B, P. **Administrando micro e pequenas empresas**. 2010.

BARROSO, Henrique da Silva Severo Gameiro. **Uma análise comparativa dos regimes de rendimento mínimo: adequação e integração no mercado de trabalho em Portugal, Luxemburgo, Bélgica e Eslovénia**. 2025. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão.

BTG Pactual Empresas. **60% das empresas fecham antes dos 5 anos**. Post. 12 fev. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DF_WD8QSSpj/?img_index=1. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAPEL, Helton; MARTINS, Luís Marcelo. **A Importância Do Planejamento Financeiro No Sucesso Das Empresas**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, [S. l.], v. 13, n. 1, 2013. Disponível em:

<https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/empresarial/article/view/4362>.
Acesso em: 8 jun. 2025.

CARDOZO, Eliana Rodrigues dos Santos. **Educação financeira para pequenos empreendedores**, 2021 Trabalho de conclusão de curso (Tecnologia em Gestão Comercial) –Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba, Itaquaquecetuba -SP, 2021.

CARVALHO, Maria Júlia Nogueira; SILVA, Vânea Duarte Nunes; NUNES, Edilon Mendes. **A importância da educação financeira empresarial**. Revista Ciências Sociais Aplicadas, Laranjal do Jari, v. 29, n. 146, p. 1 - 20, maio/2025.

CASTRO, Ana Lívia Domiciano de; FERREIRA, Ana Rita Soares; LIRA, Lucas Chiqueto; OLIVEIRA JÚNIOR, Lúcio Adriano Galvão de; SOARES, Maria Fernanda Silva; GIORDANI, Rafaela Cristini Silveira. **Gestão financeira: aplicação dos princípios financeiros em pequenos negócios**. 2022. 69 p. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Administração) - Etec Professor Alfredo de Barros Santos, Guaratinguetá, SP, 2022.

CERBASI, G. **Empreendedores inteligentes enriquecem mais**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004

CHIAVENATO, I. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CONTÁBIL, Jornal. **Mortalidade das empresas**: entenda tudo sobre e saiba como evitar. Publicado pela Rede Jornal Contábil em, v. 22, 2020.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos**. Estados Unidos da América: Sage Publications, 2014.

DE GREGORI, Roberto; SCHUMACHER, Luci Ines; LIMA, Diziane Inês. **Gestão de Custos e Formação de Preço de Pequenos Empreendimentos do Geoparque Quarta Colônia Rio Grande Do Sul**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2023.

GALHARDO, Maurício. **Como calcular a Lucratividade?** Exame.com. 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/pme/dicas-de-especialista/noticias/comocalcular-a-lucratividade>. Acesso em: 24 jun. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12ª ed. São Paulo: Person, 2004.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio; GERON, Cecilia Moraes Santostaso; FORMIGONI, Henrique. **O impacto das mudanças nas práticas contábeis no nível de conservadorismo das companhias abertas brasileiras**. 2014.

GRODISKI, H. R. **A importância do planejamento financeiro e controle financeiro para o desempenho empresarial**. 2008. Disponível em: <http://www.artigonal.com/gestao-artigos/a-importancia-do-planejamento-e-controle-financeiro-para-o-desempenho-empresarial-386410.html> Acesso em: 11 jun. 2025

HOFMANN, Ruth Margareth; MORO, Maria Lucia Faria. **Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF**. Zetetiké, v. 20, n. 2, p. 37-54, 2012.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária: livro de exercícios**. 9ª ed. versão digital. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6ª edição. São Paulo: Atlas 2003

JUNQUEIRA, G. **Gestão Financeira no varejo: como tornar eficiente?**. Infovarejo. (2022). Disponível em: <https://www.infovarejo.com.br/gestao-financeira-no-varejo> Acesso em: 8 jun. 2025.

LEMES JUNIOR, A. B.; CHEROBIM, A. P.; RIGO, C. M. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, v. 4ª Edição, 2016.

LIMA, Pedro de Azevedo Trodo; VENZON, Christian. **Margem De Contribuição E Rentabilidade: Precificação Para Sustentabilidade Financeira**. Revista De Administração Dom Alberto, v. 10, n. 2, p. 1-24, 2024.

LORENTZ, Francisco. **Contabilidade e análise de custos: uma abordagem prática e objetiva**. Freitas Bastos, 2021.

LONGENECKER, J. G. et al. **Administração de pequenas empresas**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

LUZ, E. E. do.; OLIVEIRA, A. C. L. de. **Contabilidade geral das sociedades**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

LUPORINI, Viviane; ALVES, Joana. **Investimento privado: uma análise empírica para o Brasil**. Economia e Sociedade, v. 19, p. 449-475, 2010.

MACHADO, L. **A importância do planejamento financeiro**. 2008. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Controladoria e Auditoria) - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio, Cornélio Procópio, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**, 15ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.,2009

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa**: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 621-626, 2012.

MOTA, Murilo Costa. **Análise das demonstrações contábeis: um estudo de caso em um supermercado do sul de Santa Catarina, com enfoque no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício**. 2017.

NAVARRO, A.; SILVA, A., PARISI, C; JUNIOR, A. **Decisões de Investimento e Rentabilidade Futura**: Estudo Empírico Com Companhias Abertas Não Financeiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <http://rebacc.crcrj.org.br:80//handle/123456789/3351> Acesso em: 04 abr. 2025.

OCDE-OECD. Brazil: **implementing the National Strategy**. In: *Advancing National Strategies for Financial Education*. 2013, p. 65-92. Disponível em: . Acesso em 17 mar. 2025.

OLIVEIRA, Donizete Cosme. **A importância do planejamento financeiro**. *Revista Intellectus*, v. 20, n. 1, p. 75-83, 2012.

PADOVEZE, Clovés Luís. **Contabilidade Geral – Facilitada**. 1. ed. Editora: GEN - Método, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PALMEIRA PIRES, S. **Um estudo sobre a gestão financeira em micro e pequenas empresas na Quarta Colônia**. *Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 394–421, 2024. DOI: 10.18815/sh.2024v1n1.685. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/685> Acesso em: 10 jun. 2025.

PEI, Q. **Discussion on the Financial Management of Small and Medium Sized Enterprises**. *Journal of Xinyang Agricultural College*. 2012. Disponível em: <https://consensus.app/papers/discussion-management-medium-sized-enterprises-qinghua/d4d764037fb854069b9d039f8845f36a/>Acesso em: 29 mai. 2025.

PEREIRA, Aline Gonçalves. **A Importância Das Demonstrações Financeiras Para O Microempreendedor Individual (Mei)**.2017.

PETER, Luciano; PALMEIRA, Moacir. **Educação financeira: implicações para a aposentadoria**. *Revista Brasileira de Previdência Social*, v. 9, n. 2, p. 1-19, 2013.

PINHEIRO, M. de A.; HOSSOÉ, H. S. **A inuência da educação nanceira na gestão nanceira de pequenos negócios**: revisão de literatura.*Revista Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 22, n. 9, 2024.

POMPERMAYER, Cleonice Bastos; LIMA, João Evangelista Pereira. **Gestão de custos. Finanças empresariais**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus. Coleção Gestão Empresarial, n. 4, p. 49-68, 2002.

RIBEIRO, Wesllay Carlos. **Segregação de massa e equilíbrio financeiro atuarial no Regime Próprio de Previdência Social**. Revista Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, v. 8, n. 15, p. 65-98, 2017.

ROCHA, Karlos Francisco Lima; SOUZA LIMA, Mônica. **A importância da educação financeira: Empresas de pequeno e médio porte**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 6, p. 1462-1477, 2023.

ROSS, S. A. et al. **Fundamentos da administração financeira**. 9. ed. São Paulo: AMGH Editora, 2013.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; DEL PRETTE, Marcos E. **Recursos hídricos e as bacias hidrográficas: âncoras do planejamento e gestão ambiental**. Revista do departamento de geografia, v. 12, n. 12, p. 89-121, 1998.

SÁ, T. G. X. de. **Gerenciamento Financeiro de Contas a Pagar nas Empresas de Micro e Pequeno Porte / Financial Management of Accounts Payable in Micro and Small Businesses**. ID on line. Revista de psicologia, [S. l.], v. 5, n. 56, p. 451-466, 2021. DOI: 10.14295/online.v15i56.3153. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/3153>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SALDANHA, B. S., & BRAMBILLA, F. R. (2020). **Impactos da gestão de custos nos resultados de uma empresa prestadora de serviços**. Revista UNILUS Ensino e Pesquisa, 17(46), 71-91.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, E. O. dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Marcelo Pereira dos. **A importância da educação financeira para o sucesso das empresas**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, v. 47, n. 198, p. 31-45, 2018.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás. **Como fazer a gestão financeira do pequeno negócio**. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-fazer-a-gestao-financeira-do-pequeno-negocio,d999a442d2e5a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 8 jun.2025.

SEBRAE. **O que é o fluxo de caixa e como aplicá-lo no seu negócio**. 2013/2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/fluxo-de-caixa-o-que-e-e-como-implantar,b29e438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SEBRAE. **A importância da educação financeira para empreendedores.** 2018. Disponível em: <https://sebraemg.com.br/importancia-educacao-financeira-para-empresarios/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SEBRAE. **Pequenos negócios foram responsáveis por seis a cada dez empregos criados em 2024.** Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/dados/pequenos-negocios-foram-responsaveis-por-seis-a-cada-dez-empregos-criados-em-2024/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SEBRAE RS. **Planejamento financeiro: guia prático para pequenas empresas.** Disponível em: <https://digital.sebraers.com.br/blog/financas/planejamento-financeiro-guia-pratico-para-pequenas-empresas/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). **Anuário do trabalho no micro e pequena empresa.** 6. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas, gráficos e mapas]. – Brasília, DF; DIEESE, 2013.

SIGAHI, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti; MORAES, Guilherme Tadeu Chiozzotto de. **Análise da viabilidade econômico-financeira e impactos da automatização de uma linha de produção de embalagens.** 2017.

SILVA, Adail Marcos Lima da; CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque. **A lucratividade inerente e implícita no estoque na análise de liquidez estática.** Revista de administração contemporânea, v. 8, p. 139-160, 2004.

SILVA, Daiane Vieira da. **Fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira para microempresa.** 2015. SANTOS, Ivan, Contas a pagar/receber contencioso, Disponível em: <http://www.ivansantos.com.br/contas.htm>, acessado em: 11 jun. 2025.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUSA, Maryanne Carollyne de. **Opção do fluxo de caixa ou livro caixa aplicados em restaurantes de pequeno porte optantes pelo simples nacional, estabelecidos no município de Goiânia–Goiás.** 2021.

SOLDERA, Denis; KÜHN, Daniela Dias. **Indicadores de viabilidade financeira: considerações sobre instrumentos de análise.** WIVES, Daniela Garcez; KÜHN, Daniela Dias (Org.). Gestão e planejamento de agroindústrias familiares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 41-59, 2018.

SUKENTI, S. **Financial Management Concepts: A Review.** Journal of Contemporary Administration and Management (ADMAN). 2023. Disponível em:

<https://consensus.app/papers/management-concepts-review-sukenti/cd6a3d65e522505c9ee6ae97fbe747ec/>Acesso em: 30 mai. 2025.

SUSIN, Simone. **Análise da lucratividade e rentabilidade na maior rede varejista do Brasil.** 2013.

TAVARES FILHO, Francisco. **Rentabilidade e valor das companhias no Brasil: uma análise comparativa das empresas que aderiram aos níveis de governança corporativa da Bovespa.** 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VARELA, Klinsmann Mathaus Zuza. **Gestão financeira em pequenos negócios: o estudo de caso da Direção Certa.** Orientador: Vinício de Souza e Almeida. 2022. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa.** São Paulo: Atlas, v. 34, p. 38, 2006.

ZABOROVSKAYA, A.; TROFIMOVA, E. A. **Problems of Financial Planning in Small Enterprises. Economic Science and Humanities.** 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368413783_PROBLEMS_OF_FINANCIAL_PLANNING_IN_SMALL_ENTERPRISES/. Acesso em: 01 jun. 2025.

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Aplicação dos conhecimentos em Administração Financeira na Gestão de pequenos negócios: um estudo com egressos do curso de Administração da UNEB - Campus V

Esta pesquisa está sendo realizada pelo estudante Leandro Santos de Jesus do curso de Administração da Universidade do Estado Da Bahia, UNEB - DCH, Campus V, tendo como orientador o prof. Nivaldo da Silva Carneiro Júnior. O estudo tem como objetivo investigar a aplicação dos conhecimentos em gestão financeira por egressos do curso de Administração da UNEB – DCH, Campus V, com foco na condução de pequenos negócios. As informações obtidas servirão como subsídio de dados para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), garantindo a relevância prática e acadêmica do estudo, mantendo o sigilo das suas informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD).

SEÇÃO 1: DADOS DO RESPONDENTE.

1. Em relação aos pequenos negócios:

Administro, ou já administrei, um pequeno negócio próprio e/ou de terceiros.

Nunca administrei um pequeno negócio próprio e/ou de terceiros.

- Caso marque a segunda opção, acima, não é necessário responder as próximas perguntas.

2. Nome: _____

3. Ano de conclusão do curso de Administração na UNEB – Campus V:

2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024

4. Faixa etária:

Até 18 anos 19 a 24 anos 25 a 31 anos Acima de 32 anos

5. Sexo:

Masculino Feminino

SEÇÃO 2: CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS E SUA UTILIZAÇÃO.

As próximas perguntas devem ser respondidas com base na aplicação prática dos conhecimentos financeiros na gestão do seu negócio, ou daquele que você

administra.

Não considere apenas o que você aprendeu ou conhece sobre os temas, mas sim se você utiliza ou não essas práticas na rotina empresarial.

Considere as definições que orientam esta seção do questionário:

Adquirir: Teve acesso ao conteúdo, mas não significa que já sabe aplicá-lo completamente.

Aprender: Teve contato com o conteúdo, domina o assunto e sabe aplicá-lo.

Ter contato: Foi apresentado ou mencionado em aula, mas pode não ter compreendido ou não saber aplicá-lo.

Quais dos conhecimentos em Gestão Financeira listados abaixo foram adquiridos durante o curso de Administração na UNEB – Campus V, e quais deles você utiliza atualmente na gestão de pequenos negócios? Selecione com um X tudo que se aplica ao negócio.

	Adquiri/Apreendi/tive contato na UNEB.	Utilizo no pequeno negócio.	Não adquiri/apreendi/tive contato nem utilizo.
Gestão Financeira de pequenos negócios.			
Elaboração do planejamento financeiro.			
Educação Financeira para a Gestão de pequenos negócios.			
Fluxo de caixa.			
Gestão de contas a pagar e a receber.			
Livro caixa.			
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).			
Cálculo do ponto de equilíbrio.			
Gestão de custos.			
Cálculo da rentabilidade do investimento.			
Cálculo da lucratividade.			
Cálculo do payback.			

7. Você aplica os conhecimentos de gestão financeira na administração do pequeno negócio?

() Aplico de forma plena, utilizando ferramentas e práticas de gestão financeira para organizar, controlar e tomar decisões estratégicas sobre as finanças do negócio.

() Aplico de forma parcial, realizando apenas controles básicos e rotineiros, sem utilizar todas as ferramentas e técnicas disponíveis.

() Não aplico, não utilizo conhecimentos específicos de gestão financeira na condução do negócio.

8. No que diz respeito ao planejamento financeiro, você utiliza esse conhecimento na gestão do pequeno negócio?

() Utilizo de forma plena, elaborando um planejamento financeiro completo, com definição de metas, estimativas de receitas e despesas, controle de fluxo de caixa e acompanhamento periódico.

() Utilizo de forma parcial, aplicando apenas alguns aspectos do planejamento financeiro, com foco em práticas mais simples e sem formalização completa do processo.

() Não aplico conhecimentos relacionados ao planejamento financeiro na gestão do negócio.

9. Os conhecimentos em educação financeira influenciam a sua gestão do pequeno negócio?

() Influenciam de forma significativa, contribuindo para decisões mais conscientes sobre uso de recursos, endividamento, investimentos e controle financeiro empresarial.

() Influenciam parcialmente, sendo aplicados apenas em algumas situações específicas da gestão financeira.

() Não influenciam, não utilizo os princípios de educação financeira na condução do negócio.

10. Você utiliza o controle do fluxo de caixa no pequeno negócio?

() Utilizo de forma plena, registrando todas as entradas e saídas financeiras, projetando resultados e acompanhando periodicamente os saldos de caixa.

() Utilizo de forma parcial, controlando apenas parte das movimentações financeiras, sem detalhamento de projeções, com controles frágeis, sem apuração de saldo de caixa, ou outro procedimento parcial qualquer.

() Não realizo controle sistemático do fluxo de caixa no negócio.

11. Você realiza o controle das contas a pagar no pequeno negócio?

() Realizo de forma plena, com registros atualizados, datas de vencimento organizadas e monitoramento periódico para evitar atrasos e multas.

- () Realizo de forma parcial, acompanhando os principais compromissos, mas sem sistematização ou planejamento rigoroso.
- () Não realizo controle sistemático das contas a pagar.

12. Você realiza o controle das contas a receber no pequeno negócio?

- () Realizo de forma plena, registrando todos os valores a receber, prazos e realizando cobranças quando necessário.
- () Realizo de forma parcial, com registros básicos e sem acompanhamento regular dos recebimentos.
- () Não realizo controle sistemático das contas a receber.

13. Você utiliza o livro caixa na gestão financeira do negócio?

- () Utilizo de forma plena, registrando diariamente todas as movimentações financeiras e utilizando essas informações para análise e tomada de decisão.
- () Utilizo de forma parcial, realizando anotações esporádicas e sem padronização.
- () Não utilizo o livro caixa na gestão financeira do negócio.

14. Você utiliza a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) na gestão financeira do pequeno negócio?

- () Utilizo de forma plena, como ferramenta de análise, elaborando a DRE periodicamente para acompanhar lucros, prejuízos e o desempenho de resultado do negócio.
- () Utilizo de forma parcial, com registros incompletos e sem análises e aprofundamento na estrutura da DRE.
- () Não utilizo, não aplico a DRE na gestão do meu negócio.

15. Você realiza o cálculo do ponto de equilíbrio na gestão financeira do negócio?

- () Realizo de forma plena, para identificar a quantidade mínima de vendas necessária para cobrir os custos do negócio.
- () Realizo de forma parcial, sem utilizar a técnica correta, com estimativas aproximadas e sem considerar todos os custos fixos e variáveis.
- () Não realizo esse cálculo na rotina do negócio.

16. Você realiza o controle e a gestão dos custos no pequeno negócio?

- () Realizo de forma plena, um controle detalhado, separando custos fixos e variáveis, monitorando os gastos e buscando formas de reduzir desperdícios.

() Realizo de forma parcial, observando os principais custos, mas sem uma estrutura clara de gestão.

() Não realizo um controle específico dos custos do negócio.

17. Você realiza o cálculo da rentabilidade dos investimentos no negócio?

() Realizo de forma plena, calculando a rentabilidade dos meus investimentos utilizando o valor do faturamento, comparando com os investimentos feitos na empresa em determinado período.

() Realizo de forma parcial, calculando de forma aproximada, sem seguir uma metodologia formal.

() Não realizo esse tipo de cálculo na minha gestão.

18. Você calcula a lucratividade do seu negócio?

() Calculo de forma plena e periódica, comparando o lucro líquido com o faturamento obtido em determinado período, utilizando esse resultado como indicador para avaliar o desempenho financeiro e definir estratégias de gestão.

() Calculo de forma parcial, com base apenas nos valores gerais de receitas e despesas, sem muita precisão e certeza sobre os números encontrados.

() Não realizo o cálculo de lucratividade.

19. Você utiliza o cálculo do payback para avaliar o tempo de retorno dos investimentos no seu negócio?

() Utilizo de forma plena essa ferramenta para estimar em quanto tempo os investimentos se pagam com o lucro gerado.

() Utilizo de forma parcial, de maneira simplificada, sem considerar todos os fatores financeiros do investimento.

() Não utilizo o cálculo do payback na gestão financeira.

SEÇÃO 3: CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO FINANCEIRA PARA A ADMINISTRAÇÃO DO NEGÓCIO.

20. Quais contribuições os conhecimentos em gestão financeira têm proporcionado à administração do seu negócio, ou daquele que você gerencia?

() Contribuições significativas, auxiliando na organização financeira, na tomada de decisões estratégicas e no crescimento do negócio.

() Contribuições moderadas, ajudando em alguns aspectos pontuais da gestão financeira, mas com aplicação limitada.

- () Contribuições mínimas, com pouca influência prática na rotina do negócio.
- () Nenhuma contribuição, os conhecimentos em gestão financeira adquiridos na graduação, ainda não foram aplicados por mim na prática.

Obrigado!